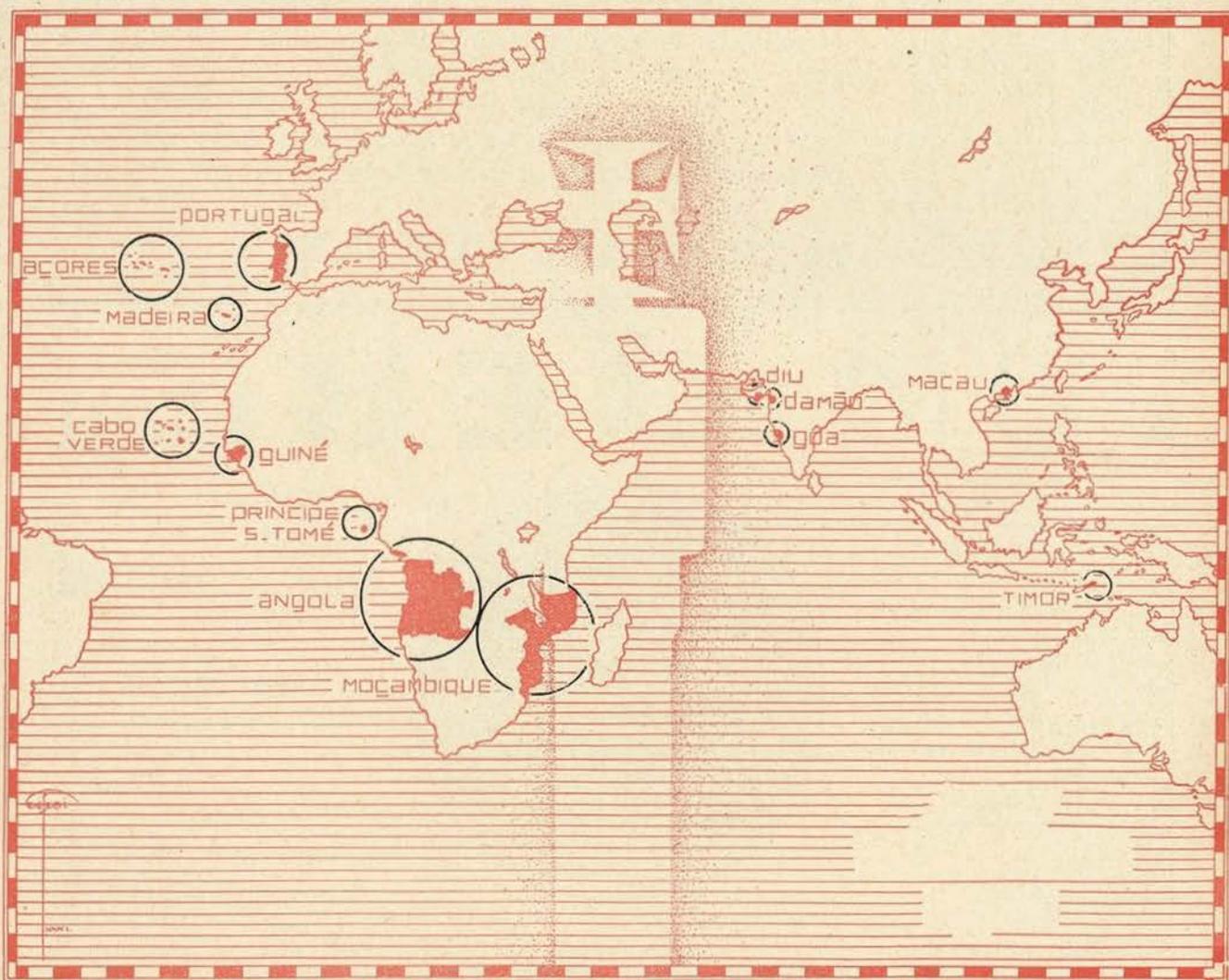


PORTUGAL COLONIAL

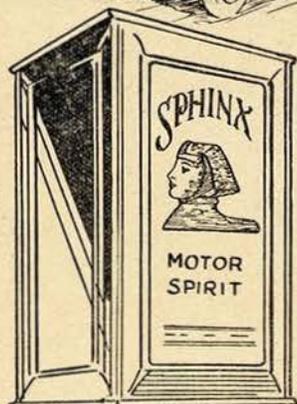
N.º 22

Dezembro-1932



**Revista mensal de propaganda e
expansão do Império Português**

3 Objectos que todos conhecem na Costa Ocidental



1.º — A lata de gazolina SPHINX cuja solidez a faz resistir aos mais rudes meios de transporte, evitando quebras e, por consequência assegurando a V. Ex.ª a quantidade suficiente de combustível.

2.º — O placard com a Esfinge vermelha que indica a V. Ex.ª os locais onde se vende a gazolina, que durante anos, tem dado as melhores provas em toda a Africa.

3.º — O sinal de estradas SPHINX, do tipo recomendado pela Sociedade das Nações e que mostra a V. Ex.ª os obstáculos perigosos que é necessário evitar.

951

VACUUM OIL COMPANY

— J U M B É B É —

Leite condensado

Açucarado Moça

Leite esterilizado

Purissimo

Leite em Pó "Lactogen"

Chocolates Suíços

Queijo Gruyère



REPRESENTANTES

EM ANGOLA

ZUID AFRIK, HANDELSHUIS

LOANDA

VASCO D'OLIVEIRA

LOANDA

FILIAL EM PORTUGAL

*Nestlé & Anglo Swiss
Condensed Milk Co*

Rua Ivens, 11-15 — Lisboa

**Farinha
Lactea**

NESTLÉ

**O melhor
alimento
para crianças**

DIRECTOR

HENRIQUE GALVÃO

ADMINISTRADOR E EDITOR

ANTÓNIO PEDRO MURALHA



SEDE

RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º

Endereço Telegráfico

«MINERVA»

TEL. 2 4253

Propriedade da Empresa

PORTUGAL COLONIAL



PREÇO AVULSO

Metrópole..... 3\$00

Colónias..... 4\$00

(ASSINATURAS)

Metrópole (6 meses)... 18\$00

Colónias (6 meses)... 24\$00



COMPOSTO E IMPRESSO

OTTOGRÁFICA LIMITADA

Conde Barão, 50 — LISBOA

Visado pela Comissão de Censura



SUMARIO

NOTAS À MARGEM DUM ARTIGO INFELIZ	<i>Henrique Galvão.</i> Publicista colonial
MOEDA, INTERCÂMBIO E COLONISAÇÃO — (RELAÇÕES DA MOEDA COM O INTERCÂMBIO COMERCIAL).....	<i>José Cardoso.</i> Presidente da Associação do Fomento Agrícola de Lourenço Marques
O SISAL NA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE — (MEMÓRIA APRESENTADA À CONFERÊNCIA COMERCIAL DE LOURENÇO MARQUES DE 1932)	<i>A. Caldeira Ribeiro.</i>
PÁGINA LITERÁRIA — A VALORIZAÇÃO DE MADAME GAUDENS.....	<i>Angelo Diniz.</i>
ANGOLA E A CÊRA ANIMAL — A CÊRA ANIMAL NA PRODUÇÃO ANGOLANA, COMO MATÉRIA COMERCIAL.....	***
DA IMPRENSA COLONIAL TRANSCREVE-SE	<i>A. Fauchère.</i>
CRÓNICA DO MÊS	<i>H. G.</i>
NOTAS DO MÊS	***
INFORMAÇÕES, ETC	***
ESTATÍSTICA	***

NOTAS À MARGEM

DUM ARTIGO INFELIZ

O sr. António Lopes, autor dum projecto de colonização e colonialista por virtude de uma viagem efémera que em África fez, como jornalista, publicou num jornal diário, o mês passado um artigo infeliz em que, com números fantasiosos e factos da sua invenção, pretende demonstrar barbaridades como esta: Angola tinha sete milhões de habitantes e tem hoje apenas dois milhões e meio porque os colonos portugueses os têm morto, comido e estropiado!!

É assim mesmo. O resto da prosa tem o mesmo valor patriótico e revela os mesmos santos desígnios de servir o país.

O artigo veio ao que parece a propósito de um ataque que sofreu o seu projecto de colonização que em discussões de imprensa roubou aos jornais que dele trataram, espaço que o assunto não merecia. Abôrto como nasceu não valia a pena matá-lo... visto que morto tinha nascido.

O sr. António Lopes fazia parte da Comissão de Colonização da Sociedade de Geografia — comissão que à data do incidente se estava ocupando dum outro projecto de colonização.

Levantada a questão no seio da comissão foi o procedimento do sr. Lopes ásperamente verberado, tendo resultado do conflito este senhor abandonar os trabalhos — única atitude que o poudo poupar ao vexame duma irradiação pura e simples. Mas antes de sair o sr. António Lopes, naturalmente pouco satisfeito com o acolhimento dos seus ex-colegas, prometeu continuar as suas diatribes e lançar todo o fel que lhe vai na alma sobre a sepultura do seu projecto de colonização.

Temos, por consequência, o sr. Lopes a escrever mais artigos no género daquele primeiro infeliz artigo que um jornal da manhã publicou.

Estes são os factos, os acontecimentos.

Trata-se dum senhor que teve a ambição, aliás muito legítima, de fazer um nome colonial. Deu um passeio à África e sucedeu-lhe o que sucede à muita gente: voltou convencido de que as colónias e os problemas coloniais não tinham segredos para elle.

Sem se deter com pequenas cousas atacou esse problema difficilimo da Colonização — o povoamento europeu nas Colónias — e elaborou um projecto.

Esperava as palmas da glória, os adjectivos habituais, a fácil conquista dum nome e dum prestígio.

Estava no seu direito: é também uma cousa que tem acontecido a muita gente que, com ou sem projectos, não vale mais nem menos que o sr. Lopes.

O seu trabalho foi pateado, ridicularizado, reduzido às suas verdadeiras proporções — o que já é uma desgraça que não succede a toda a gente.

O illustre colonialista, surpreendido e maguado, em lugar de guardar o seu projecto ou defendê-lo galhardamente como é legítimo defender ideias nossas — fez esta cousa infelicissima, que é, além de tudo o mais, uma falta de senso comum: atacou o país para zurzir aqueles que lhe tinham batido.

E aqui temos um colonialista caído quando mal começava a engatinhar.

Ora não é a queda dum homem, pouco lamentável aliás, que sugere toda esta prosa.

O que vale a pena considerar no meio de tudo isto é o facto de ter sido publicada uma série de falsidades, de tolices e de graves erros como os que se exibem no artigo do sr. António Lopes.

Todos sabem como estas cousas são espreitadas lá fora — todos sabem que não basta o facto de serem falsas e unanimemente repelidas pela consciência e pela história nacional para as tornar inofensivas.

Ninguém, entre aqueles muitos que têm interesse em atacar-nos como país colonizador, se importa ou quere saber se o sr. Lopes tem idoneidade para escrever o que escreveu.

O que é grave — e disso não deixarão de aproveitar os que espreitam as nossas colónias — é que o sr. Lopes seja português e tenha agravado o seu próprio país.

Quem estas linhas escreve atravessou há poucos meses a África, de Lourenço Marques ao Lobito. Visitou a África do Sul, o Transvaal, as Rodésias e o Congo Belga. Verificou abundantes vezes que em nenhuma destas colónias, quer as condições de trabalho indígena, quer o tratamento que este recebe por parte do branco, não só não excedem como também nem sequer igua-

DE há muitos anos, em Lourenço Marques, se pensa e pede que a moeda de Moçambique seja condicionada pela maneira de ser própria deste ponto da Colónia, pela natureza das transações, e pela influência que nela exercem os países vizinhos, condenando-se esse pensamento no desejo de que a moeda da Colónia siga um padrão ouro com unidades de conta iguais ou parecidas com as da União Sul Africana.

Afirma-se que semelhante adopção não representaria desnacionalização ou desafecto pela Mãe Pátria, o que é uma verdade indiscutível, verificada nas Colónias Portuguesas do Oriente, e reclama-se a virtude da adopção de uma moeda que não seja a que pode circular aqui por aclimação da moeda Metropolitana, porque desviando-nos dessa aclimação, criaremos um caudal de ouro da Colónia para a Metrópole, em pagamento das suas importações e transferências para pensões e amealhamento, caudal de ouro que, é bom não esquecer, só poderá vir-nos da União trazido pelos indígenas, presumindo que este último é inexaurível.



O resto da Colónia não pensa assim. Uma grande parte dela sabe que algum ouro que Moçambique pode mandar para Lisboa não depende de um regime especial de moeda, que essa remessa não pode conservar-se constante, simplesmente porque não aclimatamos o escudo metropolitano aqui e que o padrão ouro tem hoje muitas das suas qualidades obliteradas pela desorganização geral da época e do mundo e tende para o seu abandono geral.

lam o que na mesma matéria fazemos em colónias portuguesas. O paralelo é fácil de estabelecer e dispõe de numerosos índices que não se ocultam, que não passam mesmo despercebidos ao menos advertido dos observadores.

São factos exuberantes, claros, postos sob os olhos do primeiro que passar e olhar.

Mas isto é em África. Em Genebra, na Alemanha, na Itália, em toda a parte onde as colónias forem encaradas e julgadas como convier aos interesses dos julgadores os únicos factos de considerar são os que resultarem duma intriga ou de artigos como os do sr. António Lopes.

Moeda, intercâmbio e colonização

(Relações da moeda com o intercâmbio comercial)

Por JOSÉ CARDOSO

Presidente da Associação do Fomento Agrícola de Lourenço Marques

Convém recordar que a grande virtude do regime ouro, tal como é funcionalmente antes da guerra, consistia em conter em si a origem do ajustamento perfeito do maquinismo económico mundial, actuando por forma automática e imperceptível para os não iniciados nos problemas monetários.

Com efeito, quando um país

tinha uma balança de pagamentos de inclinação adversa, o ouro fugia do país reduzindo-lhe a reserva das emissões fiduciárias. Essa contracção de reservas, originava uma redução da circulação e do volume dos créditos, produzindo automaticamente o abaixamento geral dos preços interiores.

Como consequência imediata do abaixamento dos preços interiores, o país considerado passava a comprar menos no exterior; isto é, diminuía as importações e podia vender mais no exterior; isto é, exportava mais.

Com esta inversão do movimento comercial, por inércia, ou por reacção, conforme o caso, produzia-se uma inversão, de sentido nos movimentos do ouro, correspondendo à repatriação deste provocada pelo excesso da exportação sobre a importação, o aumento das reservas, o aumento da circulação a expansão do crédito e uma nova elevação dos preços interiores, provocando novo e correspondente aumento das importações, diminuição das exportações, e assim sucessivamente.

Estas oscilações da balança dos pagamentos davam-se sem que se produzissem alterações profundas na economia geral, porque, sendo universal o regime, eram, então, essas oscilações, de natureza pendular, com amplitudes de pequeno ângulo e duração, nem mesmo chegando o desemprego, fora das épo-

Há portanto uma razão séria, dessas que excedem o direito de discutir livremente e de levar as birras e os defeitos para além de certos limites, para pedir uma fiscalização rigorosa do que se publica em matéria colonial, não vá o sr. António Lopes cumprir a sua ameaça ou aparecer amanhã outro autor infeliz de projectos inaceitáveis a dizer cousas tão graves e de tão pouco siso, pondo para traz das costas o reflexo que certas palavras — mesmo as desmiloadas — podem ter lá fóra.

HENRIQUE GALVÃO.

cas de crise, a sair das manifestações usuais de natureza estacional, e o regimen de operação pendular do padrão ouro mantinha-se, por nesses tempos haver uma liberdade que não se consente hoje na circulação das mercadorias, correspondendo-lhe uma completa liberdade de movimentação de pessoas, capital, dinheiro e ouro, quer como moeda, quer como mercadoria.



Esta virtude principal do padrão ouro está suspensa em consequência das restrições desses movimentos que foram perfeitamente livres em todas as nações até 1914.

Independentemente desta consideração, que é importante, acontece e acontece, nas Colónias onde por insuficiente desenvolvimento industrial, agrícola e comercial, se não dispõe de uma autonomia económica perfeita, ser o automatismo descrito condicionado pelos movimentos do ouro nas metrópoles respectivas, prevalecendo éstes sobre os movimentos de ouro nas Colónias.

Assim é que acontecia, na Guiné Portuguesa até 1909 e no Congo Português até 1914, onde nunca vi ouro, circular em as notas do Banco de Portugal, sem qualquer sobrecarga que as tornasse de circulação privativa e sem nunca se produzir o vácuo monetário nesses territórios, porque aquelas notas fossem aspiradas pela Metrópole, como aconteceria agora se regressássemos a esse regimen, mesmo nas duas Colónias referidas.

Os câmbios eram os da Metrópole, pura e simplesmente, nem mesmo havendo prémios de transferência porque ainda se não tinha manifestado a necessidade de os Bancos terem agências naquelas Colónias. As transferências eram realizadas principalmente pela permuta e em parte nas carteiras dos viajantes.

Embora desejando eu que a vida decorresse com as facilidades de então, devo declarar que não cito éstos exemplos para recomendar uma regressão ao passado, mas apenas para pôr em evidência que um regimen de moeda não exerce uma influência preponderante na economia de qualquer país e que essa influência é criada, desenvolvida ou atrofiada, pelo sistema político e administrativo que gera o ambiente próprio para a economia se desenvolver ou atrofiar, pelas qualidades de iniciativa da população e finalmente pelas condições do meio onde estas se exercem.



O que se passava na Guiné e no Congo e vos acabo de referir mantendo-se um equilibrio perfeito sob a égide monetária, financeira e económica da Metrópole, acontecia assim porque nesses tempos a população civilizada nas Colónias era muito inferior à de hoje, sendo mais favorável ao equilibrio dos pagamentos a relação entre a população produtora e a simplesmente consumidora. Os vencimentos eram muito inferiores aos actuais, os hábitos coloniais eram muito mais sóbrios, a confiança e a esperança num futuro próspero eram muito maiores do que agora, o que estimulava o empreendimento e o investimento constante de capitais novos em explorações coloniais o que trazia para as Colónias uma quantidade de dinheiro muito apreciável.

Por fim o comércio de importação era conduzido pelas mesmas firmas que faziam a exportação, sendo esta que regulava aquela automaticamente, enquanto que hoje quasi desapareceu nas Colónias a função armazenista, resultando que, a mais insignificante cantina, importa directamente a caixa de sardinhas que vende ao preto, muito embora ser destituída de importância comercial e de superfície financeira, o que é mais um factor de desequilibrio da balança de pagamentos que, só nos tempos modernos, se presenciam por ter-se perdido o antigo automatismo de controlo.



Uma revolução económica transformou o mundo, e originou um movimento de defesa contra os seus efeitos, que se supõe conseguir pela elevação de barreiras e obstáculos tendentes a encerrar em vaso fechado a economia dos grandes países, pretendendo converter-se em unidades económicas quasi independentes.

É evidente que o próprio regimen de defesa contém em si a causa mais importante do agravamento da crise mundial.

Com efeito são essas barreiras de isolamento que paralizzando o movimento natural dos capitais, mercadorias e das pessoas, arrastam a crise dos preços e a crise do desemprego, formando-se um ciclo vicioso que hoje não se sabe ou não se quer interromper.



Vemos entretanto, como que por reacção contra o novo regimen económico, efectuar-se um pequeno movimento de solidarização comercial entre a Bélgica, Holanda e Luxemburgo, tendente a reconstituir a solidariedade perdida por meio de um acôrdo destruidor da compartimentagem estanca porque esses países podiam ser tentados a envolver-se, seguindo o exemplo dos grandes impérios, e, enquanto que éstos recomendam a organização de uma confederação económica entre os pequenos estados Danubianos formados depois da guerra, como forma de salvarlos do caos económico, o Império Britânico, por iniciativa da Inglaterra procura separar-se do resto do mundo, na Conferência de Ottawa, ao que parece e felizmente sem resultados absolutos, por ser muito difficil o entendimento completo entre os elementos componentes desse Império.

Será oportuno, sob o ponto de vista monetário, referir que, um dos princípios fundamentais do bom successo desta União da economia Britânica, era justamente a adopção de uma única moeda, a Inglesa, ou pelo menos a unificação da depreciação, em relação ao ouro das moedas de cada um dos países componentes dessa união, acompanhando a depreciação e as oscilações da libra esterlina.



Um país tão pequeno como o nosso, embora dispondo de uma tão vasta continuação ultramarina, que não conseguiu corrigir ainda a deficiência de capitais, de indústrias e de iniciativas, de que enferma a nossa economia, não pode ter a presunção de modificar as condições gerais da vida internacional, to-

mando uma dianteira que incuta no resto do mundo a conveniência de destruir todas as barreiras que separam hoje os povos, para instituir-se entre eles essa livre movimentação das pessoas, dinheiros e cousas que permita utilizar a melhor serventia que pode ter a separação da base ou das moedas em curso, qual seria a de facultar à humanidade uma capacidade de compra que permita a todas as indústrias trabalharem em pleno, vendendo os seus produtos com uma velocidade igual à da sua produção, única forma como pode cessar o desemprego e elevar-se o nível da condição moral da humanidade que é, ou deve ser, o objectivo capital da evolução social e política de todos os povos, a qual se fará pela força, se não for realizada pela razão e pela inteligência.



Não podendo o nosso país tomar essa dianteira, não pode deixar de organizar a sua defesa e fa-lo procurando realizar a unidade económica entre a Metrópole e as suas Colónias Africanas, e é na realização dessa unidade defensiva que a Feira de Amostras tem um papel importante.

Como medidas subsidiárias deste sistema económico defensivo, figuram as que temos publicado instituindo protecção máxima às pessoas, mercadorias e produtos nacionais.

São pois necessárias e oportunas as leis redigidas no intuito de preparar-se o campo de acção para desenvolver as iniciativas que entre nós se têm revelado frouxas ou vacilantes, protegendo os capitais e as iniciativas nacionais, sem prejuízo das estrangeiras que se naturalizaram na economia de Moçambique, procurando excluir aquelas e as pessoas, apenas, as que divergem da nossa civilização, se não mesmo que a contrariam, e que sangram a economia de Moçambique silenciosa e constantemente, enfraquecendo a Colónia com mero proveito individual, sem qualquer benefício para a humanidade, em geral.

Não é demais que se desloquem essas iniciativas e essas pessoas no intuito de substituí-las por iniciativas e pessoas nacionais.

É no conjunto destas medidas que têm cabimento aquelas que se destinam a criar ocupação para milhares de portugueses em território nacional, ainda mesmo que essa garantia se consiga por restrições de emigração que limitem ou excluam a indesejável por meramente parasitária e oposta ao objectivo da nossa missão civilizadora Colonial.

É evidente que todas as energias estrangeiras que representam investimentos de capital na Colónia, autênticos, ou fixação real, devem merecer ao nosso Governo um carinhoso apoio, não sendo demais que elas sejam auxiliadas facultando-se-lhes até empréstimos para ocorrer a encargos de exploração quando deles necessitem e quando por ela possam reconquistar a posição que se haviam proposto desempenhar no conjunto da nossa economia.

É necessário também conduzir o maquinismo das nossas medidas de defesa económica de modo a não criar inconvenientes às companhias de navegação estrangeiras que prestam um apreciável concurso à nossa produção, da qual a maior parte é vendida em mercados servidos por aquelas linhas e não pelas nossas.

Finalmente é indispensável que o Governo se avise de que fora das fronteiras se esboça um movimento de propaganda de desvirtuamento das medidas de defesa económica tomadas, igual ao que tendenciosamente se fez já, quando foi publicada a portaria 233, atribuindo-se-nos e a essas medidas intuítos e efeitos que elas não têm, unicamente para criar maus sentimentos, entre povos e entidades que têm não só interesse mas também o dever de manter uma colaboração económica perfeita.

Na condução do sistema de economia dirigida que temos necessidade de adoptar, transitóriamente, enquanto o mundo não normalizar as condições gerais da vida têm cabimento, também, todas as disposições precisas para excluir a extravagância e o parasitarismo e para incutir a morigeração dos costumes e das despesas e para instituir protecção para o desenvolvimento das energias produtoras e do trabalho fecundo.



Não é com uma reforma monetária que se modifica o regimen da economia de um povo e não é pelo facto de só por lei se instituir uma moeda forte em Moçambique que conseguiremos sustentar-lhe o seu valor e conservar um caudal de ouro correndo de Moçambique para Portugal.

De resto o que Moçambique reclama é precisamente o contrário.

A Colónia precisa que esse caudal de ouro seja em sentido inverso, vindo de Portugal para Moçambique para completar-se a ocupação económica da província por actividades nacionais destinadas a despertar as energias e recursos adormecidos de que a Colónia dispõe e espera que sejam valorizados. De Moçambique para Portugal deve sair além do indispensável em transferências ordinárias e usuais, a remuneração desse capital investido e a sua amortização, convenientemente regulada e quando poder realizar-se.

Nesta ordem de ideas, que eu presumo ser perfeitamente racional, está naturalmente indicado que a Metrópole, mantendo a estabilização monetária que alcançou, condicione a moeda de Moçambique conservando-a intimamente ligada com a sua. Este regimen facilitará o movimento dos pagamentos nos dois sentidos e os investimentos nacionais na Colónia que nos são tão necessários.

A estabilização consegue-se morigerando os hábitos nacionais, confinando-nos nos limites da antiga sobriedade portuguesa e no dia em que se restaurar a confiança e se moralizar o regimen comercial, refluirão à Colónia os capitais de investimento, equilibrar-se-hão as actividades particulares, circunscrever-se-há o consumo interno na capacidade de aquisição real da Colónia, capacidade que se ampliará à medida que se forem manifestando os benefícios da ocupação económica da Colónia e da valorização do seu solo.

Quando nos referimos a investimentos de capitais nacionais, de preferência, por forma alguma recomendamos que se excluam os estrangeiros que são bem vindos e certamente virão quando restabelecermos a confiança e realizarmos a moralização dos costumes comerciais que há-de atrair os capitais nacionais.



Se não abríamos fontes de onde brote, não o ouro que o não temos, mas o que o ouro vale e podemos produzir, não conseguiremos sustentar um caudal de ouro correndo para a Metrópole só pelo facto de instituímos uma moeda forte pela fôrça de uma lei que teria como consequência imediata, verificada praticamente em todos os países, aniquilar a produção pelo agravamento imediato e exagerado do seu custo, com o que introduziríamos no próprio sistema da moeda forte que criássemos artificialmente, o germen da sua degradação, a menos que continuemos a perfilhar o vício económico de viver da emigração em vez de vivermos do trabalho, idea que tem hoje entre nós geral reprovação, incluindo a das entidades que regeitam a aclimatação da moeda Metropolitana em Moçambique.



De resto os pagamentos da Colónia em Portugal que não são cobertos pela exportação que para ali se dirige, são feitos por saídas de ouro, como acontece com os pagamentos que temos de efectuar no estrangeiro e a verdade é que, não obstante todas as vicissitudes por que tem passado a moeda de Moçambique que caiu nos paroxismos da máxima degradação e instabilidade entre 1922 e 1926, nunca esses pagamentos deixaram de fazer-se por saídas de ouro que melhor seria ter-se restringido a tempo.



Nas palavras que venho de referir procurei pôr em relêvo o facto de considerar primacial na Colónia o seu problema económico.

Deve êle ter a precedência sôbre todos os outros, e se pela minha posição entre os agricultores me cumpre colaborar na sua solução, não posso ter a presunção de indicá-la.

Constitui a sua indicação um problema elevado de administração e de Governo que só um estadista pode delinear de acôrdo com o Governo Central que tem em suas mãos a chave da nossa política ultramarina.



O factor humano tem no problema económico um papel de primeira grandeza.

Não obstante isso tem sido lenta, muito lenta mesmo, a consideração do valor e das conveniências dêste elemento!

Veja-se por exemplo, a questão do desemprego, cuja importância e urgência foram denunciadas em Conselho do Governo na sessão de 1928 e que, só quatro anos depois, só agora, conseguiu ter a sua consagração oficial por meio de uma portaria!



Muito anteriormente à questão do desemprego, sem que eu possa referir datas, já a Colónia se preocupava com um problema que tem relações íntimas com o problema do desemprego, o qual, não obstante a sua gravidade e importância não logrou receber ainda a merecida atenção oficial.

Refiro-me à preparação de um futuro para a população infantil da Colónia, tanto europeia, como colonial e africana, a que estamos facultando assistência escolar e ensino liceal e profissional, sem qualquer orientação económica que corresponda ao período económico que as crianças de hoje hão-de encontrar na Província quando chegar o momento da sua colocação e êste está diante de nós, bem próximo!



Não podemos abandonar às vicissitudes do acaso o crescimento dessa população, uma grande parte aqui nascida e que devemos conservar na Colónia.

Essa população não deve manter-se na dependência e do jôgo dúbio de influências e de condições incertas com que amanhã se defrontará.

O Governo, não só o Governo, mas tôda a Nação, tem o dever sagrado de intervir na sua formação preparando-lhe um futuro e preparando esta geração para êsse futuro sem que tenha de arreacar-se de cair na indigência civilizada que existe na União.

Uma parte dela poderá colocar-se nas profissões liberais, no emprêgo público, no comércio e nas indústrias da Colónia, mas é necessário destruir-lhe a repugnância pelo sertão para lograr colocação fora de Lourenço Marques, em qualquer parte da Colónia onde possa facultar-se-lhe emprêgo.

Preciso é verificar, porém que essas ocupações não têm grande capacidade de absorção e que na maioria delas se coloca uma população que presta serviços sim, mas conservando-se principalmente consumidora, agravando portanto o vício e a fraqueza de que tem enfermado a nossa colonização nos tempos modernos.



Eu estou convencido de que a próxima transformação social e económica que presenciaremos, será a do regresso do homem aos campos; a reabilitação da terra!

Presumo que o primeiro impulso dêste movimento será dado pela convicção de que na actividade rural podem os homens prover as suas necessidades sem dependência do salário e na dependência única do trabalho próprio e independente, o qual num país relativamente fértil como o nosso permite a quem quer que seja que se proponha laborar a terra com uma orientação judiciosa, tirar dela com que viver larga e sobejamente num desfôgo saudável que os nossos camponeses Metropolitanos invejariam.

Êsse movimento, uma vez iniciado há-de continuar a multiplicar-se, porque o mundo não pode prescindir de braços cruzados que o café se queime em São Paulo, que o trigo se espalhe nas ruas de Mineapolis, que o centeio se acumule no Canadá e o milho se aglutine nos celeiros da União, quando há milhões de bocas em todos os Continentes, que necessitam dêstes elementos da vida sem poder obte-los.



Logo que se descubra o meio de valorizá-los por um novo regímen de distribuição, e para que

O SISAL NA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE

(Memória apresentada à
Conferência Comercial de
Lourenço Marques de 1932)

POR A. CALDEIRA RIBEIRO

A cultura industrial do sisal foi introduzida na Província em 1904 pela Companhia do Boror.

Foi nesse ano que se fizeram os primeiros viveiros, em Nhamacurra, no Distrito de Quelimane, com bolbilhos recebidos de Tanga e de Dar-es-Salaam (antiga África Oriental Alemã).

A extracção de fibra só começou, porém, em 1910; exportaram-se naquele ano 34.000 quilos.

Anteriormente, em 1900 (?), a Companhia do Luabo, por iniciativa de Paiva de Andrada, fez algumas experiências com esta planta num jardim de ensaio que nessa época possuía no Marral (Distrito de Quelimane). Essas experiências não tiveram seguimento e delas não resultou qualquer ensinamento.

As experiências definitivas, foram de facto feitas pela Companhia do Boror, que por fim fixou a sua escolha na «Agave sisalana» (P.).

Os bolbilhos para as primeiras plantações vieram, como primeiro foi dito, de Tanga e de Dar-es-Salaam.

O sisal espalhou-se depois por toda a Província, mas sobretudo pelos Distritos de Quelimane, de Moçambique e de Cabo Delgado: as estatísticas oficiais mostram que o total das plantações ocupava em 1931 uma área superior a 43.000 hectares, com mais de 122.000.000 de plantas.

este se constitua, concorrerão muito a desligação das moedas de todos os países da sua base ouro, e se verificará que o mal do mundo não é o da sobreprodução mas unicamente o de falta de entendimento entre os homens de grande inteligência e envergadura política.



É no movimento de regresso à Terra que eu considero possível arranjar colocação para a população infantil de todas as castas e raças que hoje cresce à nossa vista.

Mas essa população não tomará rumo à Terra se a Nação Portuguesa não lho indicar e orientar por uma educação prática que crie o espírito da iniciativa e da audácia reflectida e que ensine os nossos rapazes e as nossas raparigas a tirar partido dos recursos que a Terra, a água e o sol, lhes oferecem

A variedade cultivada é a «Agave sisalana» (Perrine). Encontram-se também pequenas áreas, mas só no Distrito de Cabo Delgado, com «Agave cantala» (Roxburgh).



O sisal é uma planta monocotiledonea, da família das liliáceas, originária do Yucatan (Flórida) e que vive também nas ilhas Bahamas e em outras do grupo das Antilhas.

Foi da Flórida que veio para a África Oriental Alemã, em 1893, importada pelo Dr. Richard Hindorf, a «Agave sisalana».

Da África Oriental Alemã irradiou depois, como foi explicado no começo destas notas, para a Província de Moçambique.

O sisal adapta-se a quaisquer terrenos, mesmo pouco férteis e pedregosos, com a condição de serem permeáveis e bem drenados (drenagem natural). Desenvolve-se porém mais, e mais rapidamente, em terrenos fortes, desde que não sejam excessivamente argilosos e possuam as condições de permeabilidade acima referidas.

Existem nos distritos de Moçambique e de Quelimane — é a eles que estas notas em especial se referem — muitas zonas com terrenos inteiramente adequados à cultura do sisal, que encontra também nos mesmos distritos clima próprio, tanto sob o ponto de vista de regimen de chuvas como de temperatura. Para as chuvas, nestes distritos, os seus totais anuais, mínimos e máximos, ficam entre 700 e 1.500 milímetros, conforme as regiões; a temperatura apresenta como média 25 graus centígrados e o máximo de 44, nunca descendo o mínimo, nos pontos onde hoje se cultiva o sisal, a menos de 12 graus centígrados. Os factos demonstram que tanto a natureza do terreno, a sua fertilidade ou pobreza, como as condições climáticas, têm uma influência muito sensível na vida e na duração do sisal. Sob o mesmo regimen de chuvas e de temperatura, o ciclo vegetativo do sisal acelera-se nos terrenos fortes e atraza-se nos menos férteis; as chuvas e a temperatura produzem também efeitos semelhantes de maior ou menor actividade vegetativa e por consequência de duração.

e que podem adquirir-se por meio de um trabalho e iniciativa próprios, como fizeram os peoneiros da ocupação africana.

Esse rumo será tomado quando a vida dos campos voltar a ter os atractivos que tinha para os povos antigos revelado pela universalidade do culto da natureza entre eles.

Essa atracção renascerá quando pela escola a que aludo se restabelecer esse culto, agora com um cunho científico, que imprimirá na moderna geração a intuição magnífica da terra como alicerce da vida, laboratório pujante e imenso em cujos cadinhos se elabora continuamente a substância eterna dos seres e das cousas.

Conferência lida na sessão inaugural da Conferência Comercial da Feira de Amostras em Lourenço Marques, 23 de Agosto de 1932.

Em geral, e em condições médias de terreno e de clima, o sisal vive 7 a 8 anos, sendo: 3 de crescimento e 4 a 5 de produção. Mas dentro da mesma plantação existem às vezes zonas que vivem 10 e mais anos, enquanto que outras produzem a haste-floral no quarto ou quinto ano. A natureza do terreno é que determina estas diferenças.

Alguns especialistas afirmam que nenhum prejuízo daí advém ao plantador, porquanto a planta produz sempre o mesmo número de folhas e por consequência a mesma quantidade de fibra.

Sendo assim, haveria vantagens nesta precocidade, porque permitiria tirar dum mesmo terreno, o mesmo resultado num menor espaço de tempo.

Mas a isto há que opôr os inconvenientes: de um enfraquecimento igualmente precoce; da necessidade de fazer a renovação das plantações mais frequentes vezes; e ainda, o que é mais importante, de que as plantas de desenvolvimento muito rápido, produzem folhas pobres em fibra e ricas em parenchyma, como os factos observados na Província demonstram.

Na escolha de terrenos para novas plantações devem pois evitar-se os dois extremos: nem terrenos muito ricos, nem terrenos muito fracos, e antes preferir os terrenos médios, cobertos de floresta ou de matto com carácter arbustivo e que possuam aquelas qualidades de permeabilidade e de drenagem a que por duas vezes já nos referimos, insistindo, dada a capital importância d'êste factor: dêle depende sempre o êxito ou o insucesso da futura plantação.

A percentagem de fibra, como facilmente se depreende depois do que ficou exposto, oferece uma grande oscilação, indo de 2 até 4 $\frac{1}{2}$ % e mesmo mais (em relação ao peso das folhas). Deve ser considerada como média normal, e economicamente, satisfatória, 3 %.

A produção total por hectare durante o período de vida da planta—nos 4 a 5 anos de colheita—varia de 4.000 a 6.000 quilos, conforme os terrenos, incluindo neste total a fibra de todas as qualidades e a estopa.



A multiplicação do sisal faz-se ou por bolbilhos (botões que se formam sobre a haste-floral) ou por rebentos («ladrões») que crescem junto à planta mãe, provenientes dos rhizomas desta. A maioria dos plantadores dá preferência aos bolbilhos, porque estes permitem fazer uma plantação mais regular e mais uniforme, sob o ponto de vista da idade e do tamanho da planta.

Os rebentos são usados sempre que, por qualquer motivo, há necessidade de ganhar tempo: as plantas dêles provenientes permitem o começo do corte mais cedo, em geral um ano. A sua duração é porém bastante irregular, casos havendo em que produzem a haste-floral ao mesmo tempo que a planta mãe...

Mas cada um dos sistemas tem seus adeptos. Nós preferimos os bolbilhos.

Os bolbilhos destinados a constituírem as futuras plantações são escolhidos entre as plantas mais robustas e de maior duração: são recolhidos quando se soltam por si próprios da haste-floral da planta mãe. Nestas condições o bolbilho está «maduro», isto é, em perfeito desenvolvimento.

Os bolbilhos antes de serem postos na terra dos viveiros, são guardados durante algumas semanas, nunca menos de quatro, à sombra, espalhados em camada delgada, em sítio seco e arejado.

Durante êste tempo, e enquanto perdem uma certa quantidade de humidade que contêm, o que os torna mais resistentes, vão aparecendo os embriões das futuras raízes.

Os bolbilhos são depois postos em viveiros, em taboleiros de dois metros de largura, e espaçados entre si de 20 a 30 centímetros, conforme o tempo que devem ficar à espera de serem transplantados para o seu local definitivo.

Essa replantação faz-se em geral 10 a 12 meses depois, durante a estação das chuvas, de preferência nos meses de Março, Abril e Maio.



Desembaraçado o terreno do matto que o cobre—corte das árvores de diâmetro superior a 15 centímetros na base e arranque das outras e dos arbustos—procede-se à cava e ao alinhamento.

O compasso adoptado é variável, pois depende do sistema de cultura, mas em geral as linhas são distanciadas umas das outras de 2 a 3 metros e as plantas de 1 a 1,5 metros.

As plantações, para facilidade dos diferentes trabalhos, mas especialmente do transporte das folhas, são divididas em talhões separados entre si por ruas que servem para a montagem das linhas «Décauville» «volantes». O comprimento dos talhões vai às vezes até 500 e mais metros, mas a largura é quasi sempre de 200 metros, o que permite para efeitos de transporte dividi-los em duas zonas de 100 metros servida cada uma por uma das ruas laterais.

Durante os dois primeiros anos, depois de feita a plantação, o sisal necessita de sachas que não só lhe arejem o terreno, como também o libertem de toda a espécie de vegetação (hervas e arbustos) que tende constantemente a invadir novamente o terreno.

Nuns pontos mais que em outros, conforme as regiões, estes cuidados culturais são sempre indispensáveis para que o desenvolvimento do sisal, a-pesar-da sua apregoada rusticidade, se faça em boas condições.

Abandonado a si próprio, asfixiado e privado de luz no meio das hervas que crescem mais rapidamente do que êle, o sisal torna-se raquítico...

Em algumas plantações fazem culturas intercalares entre o sisal (milho, algodão, etc.). Estas culturas exgotam o terreno em detrimento das futuras colheitas de fibra e por isso tal sistema só em terrenos muito férteis deveria ser empregado.



O corte começa depois do terceiro ano, nas plantações feitas com bolbilhos, que é quando as folhas atingem a sua «maturação». Nas plantações provenientes de «rebentos» o corte pode começar mais cedo, conforme a idade que aqueles tinham quando foram plantados.

O transporte das folhas faz-se por meio de linhas férreas de via estreita: em zorras quando as distâncias da plantação à fabrica são pequenas, ou em vagões de 3 a 5 toneladas puxados por locomo-

tivas, quando as condições de terreno assim o permitem.

O corte pode ser praticado durante todo o ano, mas a maioria das fábricas suspendem a sua laboração durante os meses de chuvas mais intensas, para beneficiação das máquinas e ainda pela dificuldade que durante essa época há em secar a fibra.

Na Província havia em 1931, segundo as estatísticas oficiais da Direcção de Agricultura, 20 fábricas em actividade.

A extracção da fibra das fôlhas de sisal é feita em todas as fábricas com desfibradoras automáticas. Predominam as «Corona» de fabricacção Krupp, mas encontram-se também em laboração algumas desfibradoras Robey e outras Prieto.

A fibra ao sair das desfibradoras é lavada, em água constantemente renovada, e depois seca ao sol.

A secagem é uma operação delicada, pois dela depende o branqueamento, aparência e brilho da fibra: não deve durar mais do que 24 horas, pois uma exposição à luz mais prolongada altera a cor e aspecto da fibra.

Nos últimos tempos tentou-se a secagem artificial, mas as instalações para este fim são caras e não satisfazem por completo o seu objectivo. Não se generalizou o seu uso.

Seca a fibra, é esta passada em máquinas de escovar que a desembaraçam de restos de polpa que ainda traz aderente e lhe alisam os fios.

Os restos desta operação, isto é, a fibra partida que as escovas arrastam consigo, constitue a estopa de sisal. A fibra propriamente dita é classificada em três qualidades: 1.^a a que tem mais de um metro de comprimento, sem defeitos, dum branco brilhante; 2.^a a de menos de um metro, em iguais condições de cor; 3.^a é a fibra de qualquer comprimento, mas com defeitos de coloração (manchas provenientes da chuva ou derivadas da má qualidade das fôlhas).

A fibra é por fim posta em fardos com o peso de 250 quilos cada e com uma densidade que, em média, corresponde a 450 a 500 quilos por metro cúbico. O enfardamento é feito por meio de prensas hidráulicas.



Uma fábrica ou instalação mecânica de desfibracção e preparacção de fibra de sisal compõe-se, nos casos mais simples: de uma máquina motora (semifixa ou motor Diesel) de 125 HP., de 3 máquinas escovadoras, de uma prensa hidráulica e das bombas necessárias para o abastecimento de água destinada à lavagem da fibra, condensadores, etc. As fábricas são sempre construídas em pontos onde se encontre água em abundância.

Uma instalação do tipo acima descrito pode tratar em média por dia 100.000 quilos de fôlhas e produzir 3.000 quilos ou mais de fibra limpa e seca, conforme o sisal de onde são provenientes as fôlhas.



A fibra de sisal é exportada na totalidade para os mercados europeus: Londres, Anvers, Marselha, Lisboa, etc.

Em 1930 o total da exportação da Província, incluindo os territórios de Manica e Sofala, segundo as estatísticas da Direcção Geral das Alfândegas, foi de

11.619.989 quilos (incluindo os desperdícios ou estopa). Deste total cabe aos Distritos de Quelimane e de Moçambique 8.456.223 quilos. Para Portugal foram enviados:

Fibra de sisal.....	183.306 quilos
Estopa de sisal	358.721 „

Todavia, a metrópole importa anualmente, em média, 1.200.000 quilos; a diferença, ou sejam uns 650.000 quilos são importados do estrangeiro... em parte sob a forma de cordas para usos gerais e de cordoalha destinada às máquinas ceifeiras atadeiras...



A cultura do sisal atravessa, uma gravíssima crise que ameaça arruiná-la e à qual sucumbirá, se as condições dos mercados não melhorarem, apesar dos esforços que está fazendo para viver... reduzindo o prejuízo ao mínimo.

O valor do sisal de primeira qualidade é, neste momento, nos mercados da Europa de £ 13.5.- por tonelada de 1.016 quilos, e as despesas desde o cáis em África até ao momento de venda na Europa são de £ 5.0.0.-.

Em tempo normal o seu custo, posto no cáis para embarque, era aproximadamente de £ 19 a £ 22 (conforme as zonas onde estão as plantações), sem contar as amortizações dos maquinismos, mas englobando as despesas de renovação das plantações...

Estes números mostram a situação em que está a cultura.

Para diminuir os prejuízos, suspenderam-se todos os trabalhos de renovação, reduziram-se ao mínimo os de conservação (defesa contra incêndios), licenciou-se uma parte do pessoal europeu e reduziram-se os vencimentos ao restante, etc. ...

Por seu lado o Estado diminuiu os direitos de exportação.

A-pesar disso algumas fábricas foram obrigadas a fechar e as outras mantêm-se, para que se não disperse toda a organização que elas e as respectivas plantações constituem, na esperança de que melhores dias venham...

A cultura do sisal representa na economia da Província um factor dos mais importantes: pelo capital que nela se acha investido, pela mão de obra indígena e pelo pessoal branco a que fornece trabalho, pelo movimento e vida que dá aos portos da Província, e ainda, pelo que, directa ou indirectamente, contribue para as receitas do Estado.

Pelo volume das suas exportações a cultura do sisal ocupa o terceiro lugar entre as culturas industriais da Província de Moçambique. É por isso digna de que todos, e o Estado em primeiro lugar, se interessem pelos seus destinos, proporcionando-lhe os meios com que possa fazer face à crise e para que, passada esta, se revigore e continue desenvolvendo-se na mesma progressão em que o estava fazendo até ao fim de 1930.

O Estado pode fazê-lo, reduzindo ou mesmo suspendendo temporariamente os encargos de carácter fiscal e administrativo que a sobrecarregam e que lhes avolumam os prejuízos, pelas seguintes medidas:

a) suspensão dos direitos de exportação em-

quanto as cotações da fibra de sisal se conservarem inferiores ao que eram no fim de 1929;

b) anulação dos fôros e rendas dos terrenos ocupados pelas plantações, durante o mesmo período;

c) criação de um prémio de produção idêntico ao que o decreto n.º 21.226 estabeleceu para o algodão e que seria concedido enquanto a cotação do sisal de 1.ª qualidade fôsse inferior a £ 25.-.

Por seu lado as Companhias de Navegação, no seu próprio interesse, deveriam também reduzir os fretes, subordinando essa redução às cotações do sisal na Europa: supomos ser-lhes preferível transportar alguma carga que as ajude a pagar as despesas, muito embora lucro algum lhes deixe, do que fazerem navegar os seus navios com meio carregamento.

O conjunto destas medidas—ou de outras idênticas—permitirá à cultura do sisal, ainda que sem dar qualquer remuneração ao capital, ir vivendo e mesmo recomençar a sua renovação, indispensável para manter a produção ao nível em que está.

Se cousa alguma se fizer e se as cotações não melhorarem sensivelmente, a cultura do sisal, que já dificilmente suporta os prejuízos que está sofrendo, acabará por se arruinar, arrastando com ela a perda total do capital que representa.

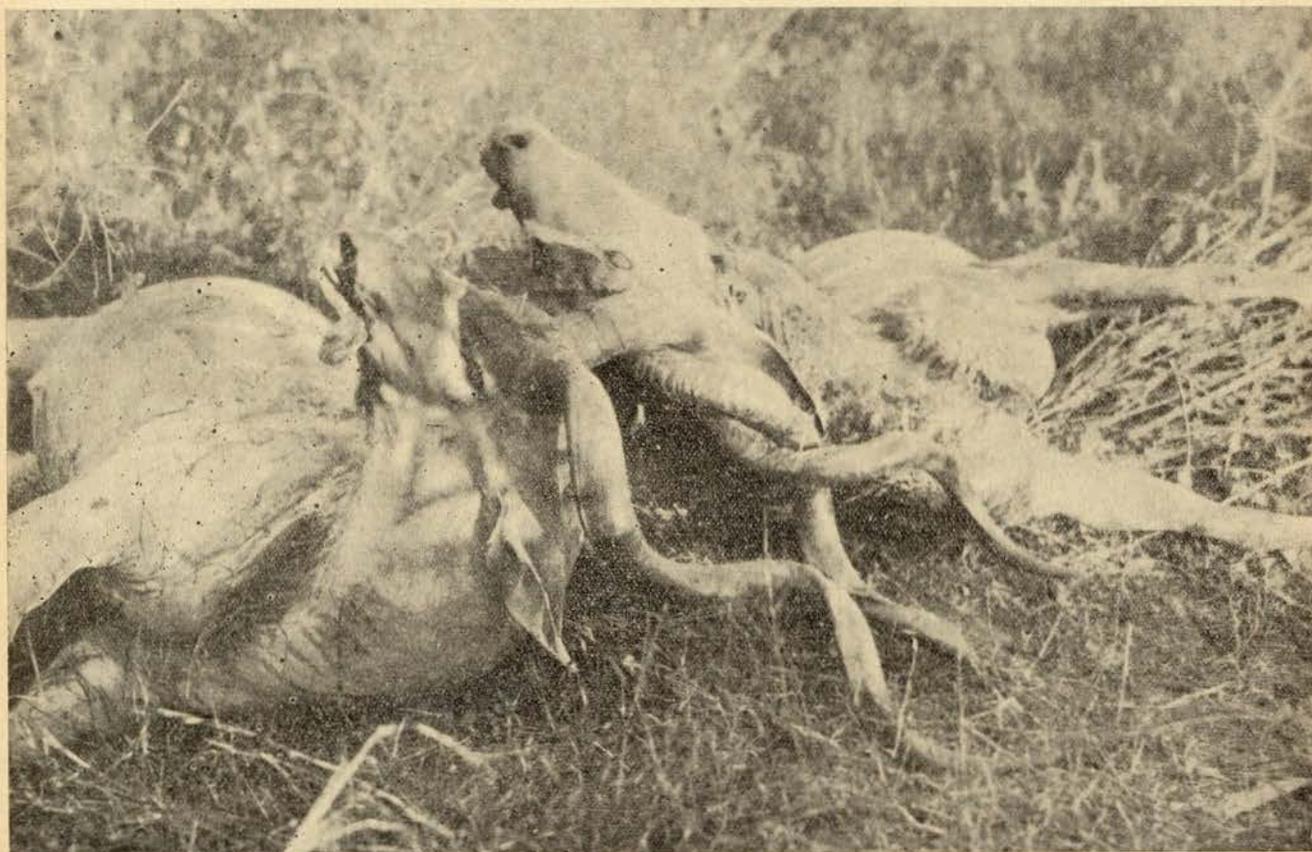
Corresponderia isto ao encerramento de muitos centros de trabalho onde hoje empregam a sua actividade e ganham a sua vida algumas centenas de brancos e muitos milhares de indígenas, em grande parte especializados nos serviços das fábricas. Seria a miséria para muita gente e o aniquilamento do começo de colonização que êsses centros constituem.

Temos o dever de evitar tal desastre, ajudando a cultura do sisal a viver até que ela possa de novo retomar com pé firme a marcha que tinha encetado na vida económica da Província.

Assim sucederá com a boa vontade de todos: uns sacrificando-se—os interessados directamente—; outros prestando o auxílio que a defesa do bem da comunidade aconselha.

Macuse, Julho de 1932..

Uma tragédia na selva



(Clicé do Dr. Abel Pratas).

Na vida dos animais dão-se casos dramáticos perfeitamente semelhantes aos que se dão entre os homens. Também fies por amor, por ódio ou por interesse vão aos últimos extremos. Estes dois oncos foram encontrados pela objectiva, certa manhã, depois de terem durante a noite procurado resolver à... *cabeça armada* um conflito de amor. E mataram-se ficando na posição angustiosa em que o fotografo os surpreendeu.

Página literária

AQUELA senhora do camarote oitavo era conhecida a bordo, durante os dois primeiros dias de viagem — os que separaram Lisboa do Funchal — pela francesa.

Provinha a designação de certo cartão de visita, pregado na porta do camarote — "Madame Gaudens," — e da farda dose de ingredientes corantes com que ela protegia um rosto já desvastado por mais de quarenta anos de certidão de idade.

Quando o paquete, lamentosamente, se despegou do cais, na emoção da abalada sentimental, na aflição dos lenços brancos que esvoaçavam, com as lágrimas gordas que enchiam os olhos das mulheres e no ambiente dessa angústia especial que ainda maltratar as largadas para a África, ninguém reparou nela. Estava então com um cotovelo fincado na amurada, entre um pobre diabo bisonho que moradia os lábios para não chorar e uma rapariga feiçota e magra que chorava com o pranto em fio — risinha e tranqüilla, quasi divertida pela paisagem saudosista que animava o primeiro plano do cais.

Apenas uma ou duas vezes, sem emoção nem tristeza, disse um adeus fugitivo a uma velhinha de mantilha negra que lhe acenava com as duas mãos e que tremia como um vime, convulsionada pelos soluços.

Depois o navio afastou-se e entrou a deslizar suavemente em direcção à barra. Lisboa embonecava-se com as primeiras galas dum ponte dourado — fugia — e, dali por diante, era o mar que nos une à África.

No convés melancólico, que os passageiros abandonavam em enjões sucessivos, o Felismino Parreira e o Norberto Soromenho, rebeldes ao balanço, refeitos já do choque sentimental, depois de concordarem que Lisboa era, realmente, a cidade mais linda do mundo — eles não tinham, de resto, visto outras — e que o Tejo estava portentoso na sua mansidão de oiro, vieram a passar o Bugio sentados no "bar.", a escorropicharem copinhos de anís.

Tinham-lhes dito que era bom preventivo contra o impaldismo e eles começavam a precaver-se, na barra do Tejo, onde — também se dizia — não era mau contra o enjão.

O Felismino ia para a África tratar de negócios; e Soromenho ia servir, como secretário interino de circunscricção, para Moçambique — ambos largavam a Metrópole pela primeira vez, com trinta anos, de alegria e confiança na vida.

Eram dois homens como tantos outros, tipos de série sem expressão individual nem originalidade, números tal e tal entre os seus semelhantes — daqueles que fizeram a instrução primária com onze valores e têm um smoking conservado em naftalina no armário do quarto de dormir, que frequentam os cenários elegantes de bom gosto mas que se sentem tristes dentro deles como dentro dum colarinho de goma, que marcam a sua posição social com o prestígio das camisas de seda e a linha avançada de uns sapatos *smart*, que tomam atitudes graves e recolhidas perante os acontecimentos que detestam, se a moda as manda aceitar, que sabem mover-se dentro do protocolo dum jantar ou dum entérro — mas que, no fundo, só são eles próprios, em plena verdade e pleno gôso, depois das duas horas da noite, abancados à mesa do "Timpanas", ou do "Ferro de Engomar", a comer petiscos nacionais sobre toalhas com nódoas de vinho, ao som do Fado e de ricas pilherias obscenas, na liberdade dessa tendência para o reles que é própria do lisboeta.

Servido o último gole de anís, numa saudação ao mar que era, segundo o Parreira, o ventre fecundo que dava o peixe para caldeirada, o Soromenho propôs:

—Vamos passar revista ao pessoal.

O pessoal eram as mulheres, as passageiras — e isso logo se via no seu líbrico piscar de olhos e na sua expressão superior de homem vívido em lances femininos.

A valorização de madame Gaudens

POR ANGELO DINIZ

NOVEMBRO 1932

Foi assim que toparam, logo nesse primeiro dia de viagem, com Madame Gaudens, estirada numa cadeira de lona, sonhadora, a écharpe e os cabelos desfraldados sob a ventania fresca e agradável que relouçava no convés e a perna descoberta ligeiramente além do que mandavam as conveniências dêsse mês que ia correndo. E ao vê-la, ambos, espontaneamente, sem demora nem reflexão, como uma inteligência perante um axioma, julgaram em pleno acôrdo a estética da francesa: "Era um estafermo!"

E passaram, sem se dar ao trabalho de avaliar a quantos centímetros subia a inconveniência da saia de Madame Gaudens.

Realmente a francesa, além dos quarenta e cinco anos de aparência, sofria de outras desvantagens graves. Era quasi cilíndrica, como os cilindros das estradas, isto é, os pesados. Na altura geográfica dos quadris advinhavam-se-lhe abundâncias de gordura violentamente contidas pela cinta; o dorso, as coxas e o seio — um portento que lhe devia alcançar os joelhos quando se metia na tina do banho — acompanhavam o conjunto em geométrica harmonia. Quando se ria mostrava umas gengivas vermelhas como tijolo onde se cravavam dentes de ruim côr e desigual lamanho. Nas sobrançelas amanhadas há tempo estavam por mondar pelos grossos que tendiam a uni-las sobre o nariz em nó de felpa abundante.

Madame Gaudens não era, de facto, um tipo de beleza nem mesmo uma senhora apetecível, sob qualquer ponto de vista europeu.

Assim o tiveram como indiscutível, à saída da barra do Tejo, o Parreira e o Soromenho, nessa tarde dourada em que abalavam para a vida forte da África.

Depois passaram dois dias tristes e monótonos. A maioria dos passageiros permanecia na escuridão dos camarotes, a devolver ao navio o que o navio lhes ia dando para comer. Só de fugida se bispavam, de manhã, em pijamas amarratados sobre corpos melancólicos a caminho das casas de banho.

Surgiram, por fim, a boiar nas águas azuis, as linhas feudais de Corpo Santo e, mais adiante, a Madeira, toda garrida, com as suas casitas alegres a alvejar em na encosta brava como pétalas dispersas num jardim.

O convés encheu-se de sussurros. Da profundidade dos camarotes ressuscitavam para a luz e para a vida, faces lívidas em que luziam olhos radiantes.

E, quando o navio ancorou no porto, entre a alegria tumultuosa das chatas de mergulhadores e comerciantes, aquele ar de feira marítima, com o Funchal deslumbrante em pano de fundo, dissipou de vez, com o seu pitoresco, a sua fresca garridice, as últimas tristezas e as mais fundas preocupações de enjão.

O Soromenho pode então passar revista ao pessoal. Mas o pessoal, além de escasso em número era constituído por graves mãis de família e meninas recatadas que viajavam no estreito ambiente de vigilância dos papás. Umas e outras tinham um ar calmo e honesto que gelava todos os propósitos de aventura.

Madame Gaudens — a francesa — era, num ponto de vista todo social, o único ponto de atracção possível e provável para dois homens de trinta anos que tinham embarcado com a ilusão de encontrar na carreira da África o búlfico, a alegria e a galante desenvoltura que os romances e os films lhes tinham contado sobre as viagens em transatlântico.

Tornaram a observá-la; fixaram-se em certos detalhes anatómicos e procuraram avidamente um pretexto físico para a valorizar. Mas não restavam dúvidas. A primeira impressão renasceu: Era um estafermo.

E foram janlar ao Monte, vagamente tristes, como se aquela decepção fosse o primeiro desengano duma série que os mistérios da África lhe prometiam.

À noite quando o navio largou, deixando em terra um arraial

de luzes, o Parreira deslumbrado, enternecido pela beleza estranha de tantos pingos de oiro em garrido bordado sobre o veludo negro da encosta quasi sem querer, entabou conversa com a francesa:

—Bestial, hein!?

E ela também enamorada do suave milagre, concordou, num português puríssimo e fresco:

—É uma beleza!

No outro dia, os três, jogavam o solo com feijões encarnados num canto do convés. À noite já sabiam que Madame Gaudens tinha nascido em Celorico de Basto e era viuva dum francês que tivera, em vida, uma pensão no Pôrto. Lá agora até Moçambique consorciar-se segunda vez com o mestre dum navio costeiro — o comandante do paquete das carreiras entre Lourenço Marques e o Chinde, como ela dizia, fazendo-se ainda mais gorda.

Na véspera de alcançarem S. Vicente, o Soromenho confienciava ao Parreira que a Madame, afinal, não era um portento mas tinha mais vida e mais graça que aquelas meninas dengosas que liam romances de Dekobra — e que nem sequer os fitavam, desde que sabiam que nem um nem outro eram solteiros.

Na vida pacata de bordo — essa vida que se leva com acompanhamento de fado e partidas intermináveis de "burro", — crepiavam já as primeiras intrigas. A D. Fulana dissera que ninguém sabia onde é que a D. Cicrana tinha ido arranjar dinheiro para exhibir uma toilette nova em cada jantar. O marido da D. Cicrana soube do caso pelo sr. Beltrano que era compadre duma afilhada da D. Fulana e, já se vê, foi pedir explicações ao marido da mal-dizente. E desde que ambos se tinham descomposto no "bar", e as meninas de ambas as partes tinham vertido afluivas lágrimas, os grupos andavam divididos, gelados, contemplando-se com rancor nos encontros no convés e desejando-se reciprocamente um mergulho em S. Tomé à hora em que os tubarões andam em cala de almôço.

Estes dissídios que são, por assim dizer, geográficos, pois se dão sempre, mais ou menos, a bordo dos navios, nos mesmos pontos do seu cruzeiro, ajustavam insensivelmente a intimidade do Soromenho e do Parreira com Madame Gaudens.

Em S. Tomé existia já entre os três uma camaradagem arejada e livre em que cabiam as histórias picantes do reportório do Parreira e certas revelações falantes que a francesa seleccionava entre lembranças da sua vida tumultuosa. Foram a terra; visitaram o mercado e o jardim, percorreram de automóvel estradas que se esgueiravam entre cacoeiros e bananeiras, fotografaram-se várias vezes no Kodak da Madame. Quando, ao regressar, esperavam no cais o gasolina que os devia conduzir a bordo, Madame Gaudens, com os cabelos empastados na testa, as faces aticadas por manchas vermelhas, o lábio grosso pendente, a sua expressão melancólica de fadiga sob o chapéu já desarrumado, a pintura arrojada pelas bagas de suor, estava hedionda. O cansaço dum dia movimentado fizera-lhe perder as preocupações estéticas. E desde que a sua vontade — essa ância de parecer bem — não acudia ao complicado arranjo das partes anatómicas, os seus cincoenta anos tiravam a máscara e as almofadas de gordura, as poses do ventre, a flacidez das nádegas, sem vida, sem contenção, sem contróle, pendiam desoladamente de todo o seu esqueleto como peças amarfanhadas dum cabide triste.

Nem o Parreira nem o Soromenho deram por isso.

Pelo contrário — ambos pareciam deliciados ao espreitar-lhe surrealmente as pernas quando ela, subia as escadas do portaló, pesada e lenta, desageitada e trôpega como uma tartaruga.

Foi nessa noite que o Parreira resolveu comover a Madame cantando um fado triste, repassado de estupefaciências sentimentais, com o qual usava, em Lisboa, comover certas almas românticas que se alojavam em corpos fáceis.

Por volta da terceira quadra Madame Gaudens tinha adormecido!

Passada Luanda, já a viagem se fazia à vista da costa escalvada, o Parreira e o Soromenho — esses velhos amigos de tantos anos! — começaram a não se entender. Cada um inventava *trucs* para se isolar no conchego da Madame Gaudens; de noite, altas horas, encontravam-se no *spardack*, defronte do camarote oito. Expiavam-se.

Todas as prendas graciosas que o barbeiro de bordo vendia, desde o frasco de brilhantina até à pulseira de massa passaram regularmente das vitrines para o camarote da francesa, em ofertas secretas, feitas afogadamente, com os olhos a luzir e mil pensamentos lúbricos em ebulição.

E uma tarde o conflito estalou com violência.

O Parreira declarou ao Soromenho que se declarara a Madame Gaudens e portanto, deixaria de tolerar certas perseguições afrontosas.

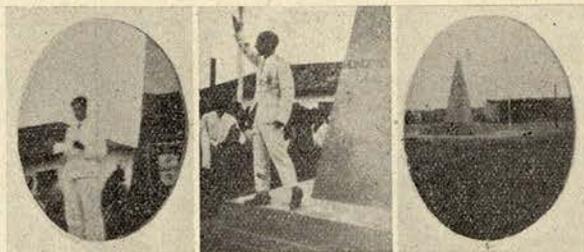
Esbofetaram-se desalmadamente. A francesa desmaiou com elegância, os passageiros animaram-se — a viagem começou a ser interessante.

Um funcionário gordo comentando o caso dizia no "bar", :

Um obelisco comemorativo

Foi inaugurado no dia 29 de Outubro findo um obelisco à memória do ex-governador da Guiné Honório Pereira Barreto, tendo antes do descerramento, lido umas linhas frizando o nobre intuito daquela festa, Armando de Landerset Simões. Em seguida Manuel Esteves, administrador de San Domingo em palavras sentidas fez o elogio do ex-governador.

Às 17 horas Sua Ex.^a o encarregado do Governo José da As-



senção Valdez descerrou o obelisco, tendo palavras de louvor para a comissão promotora e para o povo de Cacheu.

Seguiu-se uma festa que terminou no dia 30, pelas 18 horas, tendo Sua Ex.^a o encarregado do Governo, seguido em automóvel para a sede da circunscrição.

Entre várias entidades de destaque encontravam-se presentes o Ex.^{mo} Sr. Dr. Eurico de Almeida, que aproveitou a sua estada neste ponto, para efectuar alguns estudos sobre doenças tropicais, o Ex.^{mo} Sr. Director das Obras Públicas interino, Director da Agrimensura interino e o Sr. Capitão Indaleto Ramos, tendo a comissão recebido telegramas e cartas doutras entidades que se não poderam deslocar.

Uma viagem à África

No Grémio Alentejano realizou uma Conferência o sr. Júlio Cayola, administrador do "Boletim Geral das Colónias", jornalista e secretário do sr. dr. Armindo Monteiro na sua viagem ministerial.

A Conferência que foi uma narrativa elegante e eloquente deste acontecimento teve, além doutras virtudes, o mérito de fazer reviver horas de patriotismo, de insano trabalho e de fé no Império que decerto não foram sentidas na Metrópole tão triunfalmente como soaram em Angola e Moçambique.

Durante o curto espaço de tempo em que falou o sr. Júlio Cayola houve-se não só com brilho mas também com uma generosidade e elegância que fizeram da sua Conferência um momento agradável de saudade e de bom recorte literário.

—Ela realmente não é para deitar fora.

E outro, aliviado da presença da consorte, acrescentava:

—É mulher para obrigar um homem a fazer uma tolice.

No Lobito o Parreira desembarcou com a francesa — muito ufano, muito sultão. À hora do embarque faltaram.

Só muitos meses depois se voltou a saber deles, quando Madame Gaudens fugiu com um capitão em terras distantes dos Luchapes.

Entretanto em Lourenço Marques o noivo da francesa esperava-a.

Foi o Soromenho quem lhe levou a triste notícia.

E como a mesma infelicidade os unisse o Soromenho concluiu já com uma certa intimidade:

—A culpa é sua!... Não se deixa viajar só uma mulher como aquela.

Madame Gaudens por motivos de ordem geográfica deixara de ser um estafermo.

Angola

e a cêra animal

A cêra animal na produção angolana, como matéria comercial

Um dos produtos, que mais consideração devem merecer no estudo das riquezas naturais e grandes possibilidades de Angola, é, sem dúvida, a cêra animal.

Sendo um produto rico como o atesta o valor e a segurança das suas cotações, sem qualquer esforço para o Estado ou para os colonos, ocupa um dos primeiros lugares na exportação angolana, contribuindo por ano com cêra da vigéssima parte da sua exportação total, numa quantidade superior a 11 toneladas e num valor que passa além de dez milhares de contos.

Angola é de todo o mundo talvez o país que mais cêra animal produz devendo merecer-lhe a criação de abelhas e o comércio dos seus produtos, mel e cêra, pela sua importância, um cuidadoso estudo e uma carinhosa protecção. Por isso nesta Conferência Económica o tralar-se d'êste assunto constituiu um acto de merecida justiça para um produto que, a muitas léguas da costa em muitas regiões, é por vezes o único que, pela sua cotação e mercado certo, mantém a actividade comercial e a subsistência de centenas de colonos isolados e espalhados por êsse interior das regiões planálticas, em pontos onde só o custo de transporte dos outros géneros comerciáveis até aos portos é superior à cotação no mercado consumidor.

A possibilidade de Angola a êste respeito, sem grande esforço, pode e deve, pelo menos, duplicar a produção.

Conquanto o mel seja um produto de elevado valor quer como alimento delicioso e reconstituinte, quer como medicamento cheio de virtudes, quer ainda como produto de múltiplas aplicações industriais, apreciada e estudada a sua exploração racional desde a antiguidade em que segundo a lenda já alimentou Júpiter na sua infância e segundo a história foi consumido em todos os banquetes da Roma dos Césares, apesar do mel ter mantido até hoje a sua importância sendo produzido e importado em alta escala pelos países mais civilizados da Europa, não entra na exportação de Angola senão em parcela muito reduzida se apreciarmos a capacidade da produção da Colónia e o volume da exportação da cêra animal.

É de facto a cêra das abelhas que económica e patrioticamente justifica e compensa desde já qualquer esforço do Estado no sentido de aumentar e aperfeiçoar a sua produção apícola. A produção do mel surgirá arrastada pela protecção que à cêra seja concedida. É mais um valor e grande dependente da exploração da abelha e que aparece sem dispêndio de dinheiro ou de qualquer cuidado especial.

O seguinte quadro extraído do *Le Livre de l'Abeille* por Ed. Alphaudéry (S. Bornemann-Paris, 15 R. Tournon) dá-nos uma ideia da importância mundial d'êstes produtos:

Países	Data da Estat.	Número de colmeias		Produção		Importação		Exportação	
		Móveis	Fixas	Mel	Cera	Mel	Cera	Mel	Cera
Alemanha.	1913	400.000	400.000	20.000	1.168	655	41.189	151	3.192
Inglaterra.	1925					2.651	1.678		
Bélgica...	1920	27.573	34.379			995	600	0,8	321
Dinamarca	1919	80.911	16.888	1.200	18	238	64	19	
Grécia...	1925	15.000	1.000.000	10.000				3	10
Itália.....	1920			2.800		377	165	64	58
Holanda..	1921	40.000	60.000	1.000	40	3.073			
Suécia....	1920	31.359	10.073	337	5	12,7	62	48	4,5
Tcheco Slovaquia		421.261	64.724	1.273	105				

(Os números da produção, da exportação e de importação representam toneladas).

A França possuía em 1921, 655.305 colmeias que produziam 7.095 toneladas de mel e 1.028 de cêra. Mas desde 1892 a produção da França foi sempre superior à actual.

Os números do mapa a seguir inserto indicando os destinos da exportação que Angola faz de cêra revelam-nos a importância que nos deve merecer êste produto. Por enquanto o mel não tem para Angola sensível valor comercial. Mas a cêra tem tido em quilos e por média anual obtida em diferentes épocas mercados constantes do seguinte mapa:

Destinos	Anos					
	1888 a 1892	1910 a 1922	1925	1929	1930	1931
Portugal.....	636.592	845.567	793.755	233.536	153.278	596.868
Pos. Port.....		258	36	8.494	9.000	4.600
Congo Belga...	12.035	41	3.432	653		
Alemanha.....		383	1.801	537.454	487.185	390.737
Bélgica.....		1.098		286.710	206.206	141.320
Itália.....						4.991
Inglaterra.....		6	850	2.190	118.316	35.139
França.....		538	188			182.849
Holanda.....		2.025				11.058
Amér. do Norte				6.096	50.564	63.757
Congo Francês.				2.401		
Rodésia.....			1.775			
Indeterminados.		3.010				
SOMA.....	654.464	848.193	802.190	1.188.190	941.372	1.396.180

Não são porém os países mencionados os únicos a receberem cêra de Angola.

Da cêra que figura recebida pela Metrópole, muita segue por trânsito ou reexportação para outros países. Assim no mapa que fica exposto não constam a Dinamarca, a Rússia e o Brasil como mercados da cêra angolana.

No entanto, afora a Alemanha, de 1909 a 1913, foram a Rússia e a Dinamarca os países que mais cêra de Angola receberam, tendo a Dinamarca neste período recebido 763.831 quilos e a Rússia 949.285. O Brasil recebeu nesse espaço de tempo 256 quilos. A Metrópole ficou apenas nesses 5 anos com 1.131 quilos ou seja uma média anual pouco superior a 200 quilos. A importância dos diferentes portos de Angola como exportadores de cêra resalta do seguinte quadro focado de 5 em 5 anos a partir de 1890 e referida em quilos:

Anos	Luanda	Novo Redondo	Porto Amboim	Lobito	Benguela	Mossamedes	Ambizete	Ambiz
1890	204.278	204.278			344.477	2.133		
1895	214.959	214.959			299.994	6.427		57
1900	189.060	189.060			320.088	15.407		45
1905	233.987	233.987			324.904	8.510		161
1910	131.490	84.297		270.391	227.362	3.132		118
1915	142.331	82.823		433.923	469.504	3.412		44
1920	87.685	45.884	1.093	211.597	309.282	15.021		
1925	144.895	17.214	3.385	508.606	102.247	21.309		
1930	157.533	9.213	22.662	669.331	77.010	5.503	120	

Em 1929 saíram pela Vila Teixeira de Sousa 583 quilos de cêra e pela casa fiscal de Caianda 70 quilos. Bastante cêra de Angola deve sair pela fronteira dos Luchazes e que não figura nas estatísticas e que em virtude do mau câmbio angolano é levada pelos indígenas para comércio no território vizinho.

Como se vê através de tantos anos as exportações da cêra fizeram-se sobretudo pelo porto de Luanda e pelos portos do Distrito de Benguela, portos êstes que de facto servem as regiões produtoras d'êste género. Assim, a quasi totalidade da exportação é feita por Benguela e Lobito e em plano secundário mas ainda muito importante por Luanda e comparativamente uma pequena quantidade sai por Mossamedes, Novo Redondo e Porto Amboim.

Podem pois considerar-se importantes regiões de cêra as regiões de Munhango, Moxico, Além Zambeze e Ganguelas, o interior de Malange e Lunda, e secundariamente Cubango e Gando.

Pelas últimas estatísticas de que possuo conhecimento o cálculo da cera vendida pelos indígenas ao comércio local na região dos Ganguelas foi o seguinte :

1925-1926	138	Toneladas
1926-1927	265	"
1927-1928	270	"

Isto equivale a uma produção aproximada de 1/4 da produção total da Colónia. Se repararmos que quantidade igual é produzida no interior de Malange e Lunda, conclui-se que as regiões de Moxico e Além Zambeze produzem quasi 50 % da cera exportada por Angola.

Não é apreciável a concorrência feita pelas colónias vizinhas a Angola que algumas vezes até chegam a importar cera desta.

Após a abolição da escravatura foram a cera e o marfim os produtos que alimentaram a exportação. A exportação do marfim veio decrescendo até quasi ao desaparecimento enquanto que a da cera que já em 1830, isto é há mais de 100 anos era em média anual de 106 toneladas, tem vindo aumentando sempre através as crises em oscilações relativamente pequenas, talvez por ser um género de produção espontânea, de regular e relativamente segura cotação que tem vivido sem dependência da assistência pública e com mercado certo permitindo o seu comércio a grandes distâncias do litoral.

Diz João Mesquita no seu livro *Dados estatísticos para o estudo das pautas de Angola* que "a exportação da cera foi atingindo um grande desenvolvimento por Luanda e Benguela, representada em 1867 por 716 toneladas; conservou durante muitos anos o primeiro lugar, só excedido depois pelo café e pela borracha, passando então a ocupar o terceiro lugar na escala, que tem mantido sempre, excepção dos anos 1911 a 1913 em que cedeu o lugar ao óleo de baleia. É o artigo que tem conservado mais regularidade na exportação e no valor."

E, assim se tem mantido vendo chegar a si outros produtos como companheiros de rota, mas que alguns anos depois vão ficando para traz como succedeu com a borracha e logo em 1915 já com o próprio óleo de baleia. Se examinarmos através os anos a exportação da cera e o seu valor vemo-los em marcha normal numa segurança de posição digna de entusiasmo pela constância com que a mantém e valoriza. É justo portanto que na produção angolana como matéria comerciável de Angola seja a cera considerada um produto de primeira plana.

O seguinte quadro indicando por anos, em tonelagem e valor a exportação que há um século Angola faz da sua cera confirma a afirmação que fica feita :

Anos	Toneladas	Contos Média anual	Anos	Toneladas	Contos Média anual
1830-1832	106		1909....	777	402
1858.....	582		1910....	716	425
1888.....	615	160	1911....	740	432
1889.....	749	218	1912....	791	488
1890....	551	160	1913....	813	516
1891....	663	194	1914....	777	535
1892....	723	290	1915....	1.132	888
1893....	535	276	1916....	815	724
1894....	545	304	1917....	531	610
1895....	521	285	1918....	664	760
1896....	552	108	1919....	1.550	1.738
1897....	569	364	1920....	673	1.180
1898....	513	304	1921....	835	1.987
1899....	383	276	1922....	990	8.019
1900....	518	399	1923....	782	15.058
1901....	558	408	1924....	871	10.656
1902....	447	289	1925....	803	12.214
1903....	847	557	1926....	908	12.000
1904....	562	369	1927....	895	11.000
1905....	567	324	1928....	1.162	15.615
1906....	694	370	1929....	1.188	15.256
1907....	606	329	1930....	941	8.713
1908....	675	401	1931....	1.396	10.536

Esta cera é paga ao indígena no local da compra aproximadamente por um terço da sua cotação em Lisboa dando assim uma importante margem para lucros e transportes.

Estando a cera com a cotação de 9\$00 em Lisboa, é paga nos Ganguelas a 3,00 ags. e tem em Nova Lisboa a cotação de 6,00 ags.

Fica como disse uma importante margem para transportes e lucros apesar de que tratando-se dum género dos chamados ricos as despesas de transporte e exportação são bastante elevadas.

Assim o frete da cera de Nova Lisboa ao Lobito em Caminho de Ferro era de 70 centavos o quilo em 1930. Em 1931 teve de vir para 30 centavos em virtude da concorrência feita pelas camionetes.

Isto deu em resultado que tendo o Caminho de Ferro de Benguela transportado em 1930 apenas 595 toneladas de cera, transportou em 1931, 1.062 toneladas. É certo que em 1931 a exportação feita em conjunto pelos portos de Benguela e Lobito foi em 340 toneladas superior à de 1930; mas a diferença em transporte a favor do Caminho de Ferro em 1931 foi de 467 toneladas. Além de se evitar o dreino de bastante ouro para aquisição de combustível, lubrificante e material de camionagem, aumentou-se o tráfego ao Caminho de Ferro e facilitou-se o comércio.

No Caminho de Ferro de Malange depois do bonus de 60 % que foi dado ao transporte da cera esta ainda paga de Malange a Luanda 44,46 centavos dando em resultado que as camionetes ainda assim devem transportar quasi 80 % da produção de Malange e seu "interland.."

Publico o *Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatísticas* os seguintes Índices-Números das cotações dos géneros Coloniais ("Portugal-Colonial", n.º 9 de Novembro de 1931):

Designação	1914 Junho	1929 Ind. médio	1930		1931		
			Médio	Setembro	Julho	Agosto	Setembro
Lisboa	100	2.630	1.726	1.418	1.295	1.471	1.029

Se compararmos as cotações da cera das diferentes épocas acima referidas com as respectivas cotações índices, verificamos que a cera acompanhou digna mas prudentemente as altas que se produziram sobretudo em consequência da desvalorização da moeda depois da guerra, não atingindo em 1929 a cotação louca correspondente ao índice médio da cotação geral dos géneros coloniais, pois ficou em 14\$16 quando teóricamente deveria ter a cotação de 19\$72; mas em contra partida quando a descida se deu a queda foi relativamente suave e constante até onde deveria ir não perturbando as suas cotações com a efémera alta de Agosto de 1931 evitando a queda depois em Setembro da alta teórica de 11\$02 para 7\$65 tendo apenas descido de 8\$16 para 7\$53 garantindo assim maior segurança comercial.

O seguinte quadro confirma o exposto :

Designação	1914 Inho	1929 Médio	1930		1931		
			Médio	Setembro	Julho	Agosto	Setembro
Índice Geral ...	100	2.630	1.726	1.418	1.295	1.471	1.029
Cotações da cera	\$75	14\$16	10\$35	8\$10	9\$05	8\$16	7\$53
Cotação teórica em face do índice geral ...	\$75	19\$72	12\$90	10\$57	9\$67	11\$02	7\$65

As cotações até ao fim do último ano foram :

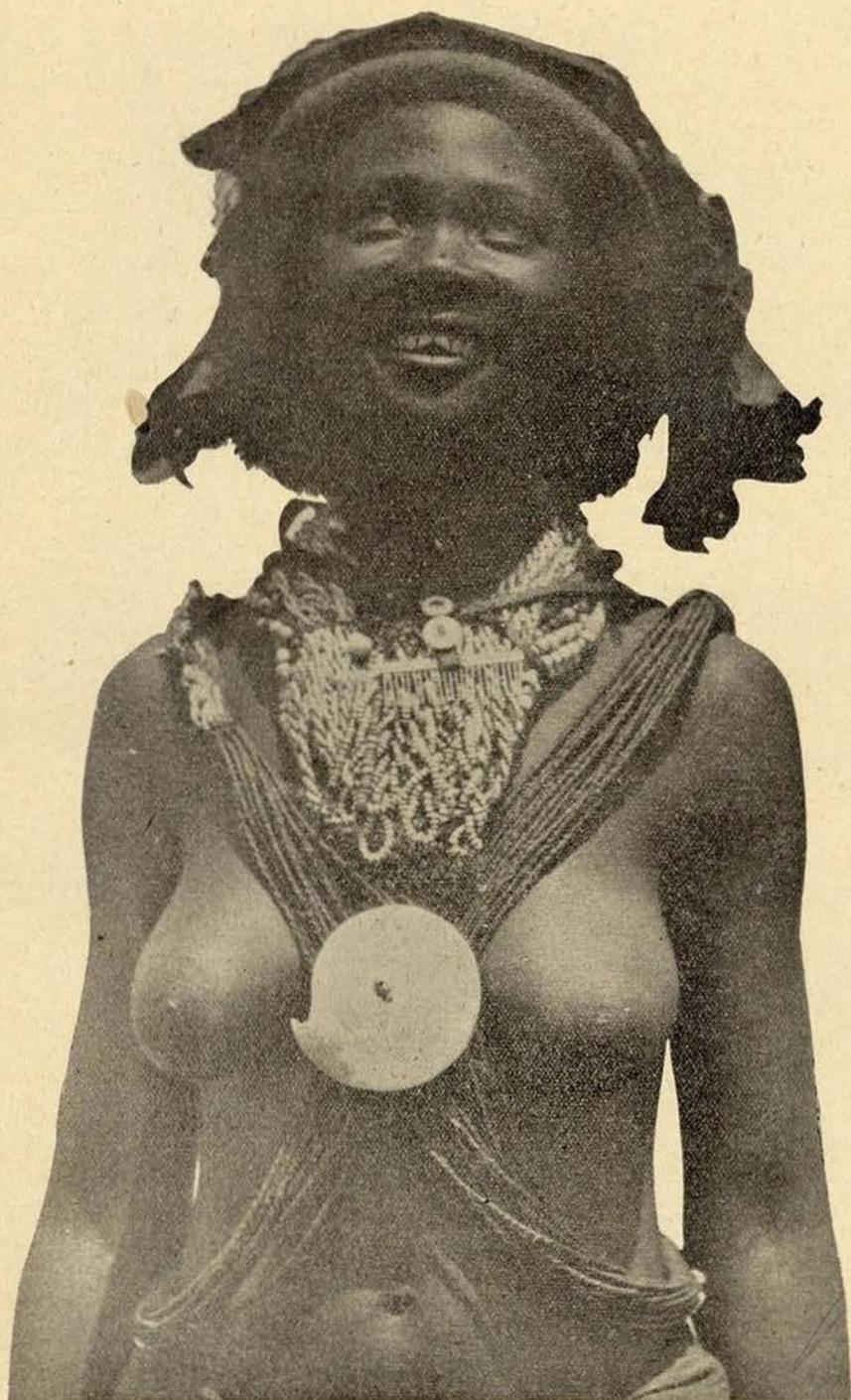
Em Outubro	7\$73
Em Novembro	8\$34
Em Dezembro	9\$50

FEIRAS DE AMOSTRAS COLONIAIS

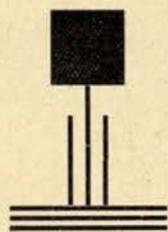
Sobre este assunto realizou no dia 2 uma Conferência no Salão de exibições da Grande Exposição Industrial Portuguesa o nosso director, sr. Henrique Galvão.

Expôs a ideia que tinha presidido à realização das Feiras de Amostras e Conferências Comerciais de Luanda e Lourenço Marques, a organização e as observações e resultados colhidos no decorrer do empreendimento, prometendo tratar desenvolvimento do assunto no seu relatório actualmente em preparação.

Presidiu à Conferência o sr. Ministro das Colónias.



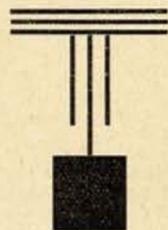
(Cliché do Dr. Abel Pratas)



Mulheres de Angola



O contacto com os europeus, os cruzamentos de raças — a civilização, enfim! — vão rapidamente roubando ao pitoresco e à genuinidade das raças indígenas a sua pureza primitiva. Todavia ainda há tipos tão puros como esta «Muila» genuína, alegre, sadia, que conserva altivamente todos os atributos ornamentais da sua tribo e nas suas linhas e expressão toda a beleza da sua raça.



DA IMPRENSA

IMPRENSA ESTRAN- GEIRA

T R A N S

vendo, aumentam as dificuldades nas nossas possessões ultramarinas e, se este estado de cousas se tornasse duradouro, todo o trabalho realizado nestes últimos anos, no sentido da valorização das mesmas, redundaria em pura perda.

No momento presente, quasi todos os países que nos fornecem mercadorias e matérias primas exóticas, o fazem com prejuizo. As dificuldades em que vivem não são menos acentuadas do que as que atingem as nossas colónias e, no entanto, a concorrência a que dão lugar, arruína os nossos agricultores coloniais.

Esta concorrência é prejudicial de dois modos: directamente, provocando uma depressão nas cotações; indirectamente, dando ao público, às administrações públicas e a certas administrações privadas, a impressão de que os nossos produtores são incapazes de produzir em tão boas condições, como os seus concorrentes estrangeiros.

É absolutamente o problema do preço do custo que se põe em equação, agravado pelo facto de serem muito poucos os produtores coloniais, que sabem estabelecer correctamente, o preço do custo dos seus produtos.

De uma das nossas colónias produtoras de copra, recebemos ultimamente uma documentação pela qual o preço de custo desta matéria prima, era avaliada em 1.500 frs. por tonelada, cifra esta que, apresentamos ao Sindicato dos produtores de copra, ao iniciarmos as diligências no sentido de se obter uma protecção para todos os cultivadores de coqueiros. Afirmavamos então que, a produção de copra custava ao agricultor mais de 2.000 francos a tonelada e que oscilando as cotações entre 1.150 e 1.200, seria necessário dar aos produtores um auxílio de 700 a 800 francos por tonelada, para evitar que elles sossobrassem na tormenta.

Sustentava-se porém que um bonus de 300 francos pouco mais ou menos, seria suficiente.

Succede porém que, tanto nos números que nos apresentaram como nos que encontramos nos documentos referidos, não se levou em linha de conta o custo da criação das plantações de coqueiros, que requerem uma immobilização considerável de capital, variando entre oito e dez anos.

Desde o momento em que a Administração metropolitana, adoptou o sistema de bonus compensadores, entre os preços de venda e de custo, no auxílio que presta aos produtores coloniais, é absolutamente indispensável que os produtores, se habituem a estabelecer os preços do custo, incluindo nêles, todos os encargos relativos às despesas de produção.

Só então poderemos contar com elementos ante os quais se poderá estabelecer discussão, para se poder avaliar se os preços de custo dos nossos produtores, são sensivelmente superiores aos dos concorrentes estrangeiros. A comparação que foi estabelecida, refere-se, repetimo-lo, a preços de venda que nenhuma relação têm com os do custo. Ela está, por isso mesmo, viciada desde origem e consequentemente, não tem significado.

É inegável que hoje, muito mais que ontem, é preciso procurar produzir-se ao preço mais baixo, para que aumentem as probabilidades de saída dos produtos; mas é preciso reconhecer também, que o produtor, nem sempre pode obter um preço de custo de harmonia com as exigências das circunstâncias, apenas à custa do seu esforço. Uma vez estabelecido em um meio, ele não tem outro remédio senão partilhar dos encargos impostos ao contribuinte, pela administração do mesmo. Se esses encargos são pesados, elles influem, por incidência, nos produtos da terra e por con-

A medida que a crise económica se vai desenvolvendo,

sequência tendem a elevar o custo da produção. Por este facto, os produtores que se tenham instalado em um meio em que as despesas de administração sejam elevadas, encontram-se — e o facto observa-se em toda a parte — em uma situação de inferioridade para com os concorrentes estabelecidos em outros meios, cujas despesas de administração, sejam menos onerosas.

É isto o que faz com que, as leis de assistência aos indígenas, que, por exemplo, figuram em todos os nossos orçamentos coloniais, tenham uma repercussão sobre os preços do custo, tanto mais sensível, quanto menor é o número de plantadores.

Certos países que são concorrentes das nossas colónias e contraem empréstimos conosco ou com outros países, nem sempre pagam os juros e algumas vezes não amortizam o capital, enquanto que as nossas colónias, têm honrado as suas dívidas esrupulosamente, até hoje.

Esta é uma das razões porque os países maus pagadores, conseguem uma redução nos preços do custo, e à qual devemos atender.

Mas é principalmente a falta de apetrechamento económico que sobrecarrega fortemente os preços do custo dos produtos das nossas colónias.

Estudei atentamente a questão do café; conheço a fundo a região de Madagascar que é a que mais produz, a de Mananjary e tive a felicidade, há trinta anos, de ter sido enviado pelo general Galieni, em missão de estudo aos Estados produtores de café do Brasil. Posso portanto afirmar com conhecimento de causa, que, com o miserável apetrechamento económico de que dispõem, os plantadores da Grande Ilha, não podem produzir a tão baixos preços como os plantadores do Brasil que, além das suas instalações particulares muito aperfeiçoadas, dispõem, para vasão, condicionamento e conservação das suas colheitas, de apetrechamento mais moderno.

Conheço particularmente bem toda a região tributária do porto de Tamatave. Ela abriga perto de 1/3 da população total de Madagascar ou seja, um milhão de habitantes pouco mais ou menos. Há trinta e cinco anos, quando cheguei a Madagascar, falava-se já em construir o porto de Tamatave. Ora hoje em dia, se bem que este porto esteja em via de organização, ainda se não encontra aberto à exploração.

As operações fazem-se portanto por fragatagem em uma baía que nem sempre é acessível. Resultam daqui sustentos dispendiosíssimos e atrasos que arrastam consigo encargos de armazenagem, seguro e taxas de estadia.

Tenho reflectido bastante sobre este assunto e estou convencido de que, teria sido mais vantajoso para o povo de Madagascar, ter sido dotado de um porto em Tamatave, que de leis de assistência, as quais, apesar de tudo, são executadas à sua própria custa.

Se o tempo e a paciência permitissem historiar, desde a origem até à actualidade, as operações de importação e exportação do porto de Tamatave, poder-se-ia calcular com bastante exactidão, o tributo pago pelos habitantes daquela região de Madagascar, pelo facto de nunca terem disposto de meios de vasão para os seus produtos.

Chegar-se-ia deste modo a um total de muitas centenas de milhões e muito provavelmente a uma quantia, bem mais superior, à que há-de custar o porto de Tamatave, logo que esteja concluído.

Para dar uma idea das despesas inúteis impostas aos produtores de Madagascar, devido à falta de um porto organizado, bastar-me-há afirmar que, não era raro, nestes últimos anos, ver um navio estacionar 35 a 40 dias na baía de Tamatave, para se carrear.
(Conclui na página 24)

COLÓNIA L

CREVE-SE

IMPRENSA PORTU- GUESA

O sr. dr. Armindo Monteiro, ilustre Ministro das Colónias, respondeu ao officio da Associação dos Comerciantes, nos termos constantes do seguinte documento:

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Associação dos Comerciantes de Angola residentes na Metrópole:
S. Ex.^a o Ministro das Colónias encarrega-me de comunicar a V. Ex.^a as considerações seguintes que lançou sobre o officio de V. Ex.^a, de 16 de Novembro de 1932.

1.^o É pena que ao Ministro das Colónias não sobeje tempo para polémicas — pois se o vagar lho permitisse, mostraria mais completamente do que, nas rápidas notas que vão seguir-se, o pode fazer, a absoluta falta de razão que assiste ao sr. Presidente da Associação dos Comerciantes de Angola residentes na Metrópole, na resposta que deu ao officio do Gabinete n.º 535, de 4 do corrente — falta de razão só comparável à que já se tinha assinalado a propósito do officio de 31 de Outubro de 1931.

Arredado o grave aspecto financeiro do problema de Angola, visto que no officio agora recebido nenhuma referência se lhe faz, restam alguns aspectos económicos da questão, que vão ser tratados de modo a acompanhar, tão de perto quanto possível, a exposição do sr. Presidente da Direcção officiante: sendo as suas considerações destinadas à publicidade e não ao esclarecimento do Governo, aos interesses de Angola não convêm que as palavras da Direcção referida passem sem esclarecimento e sem protesto. Por isso, ao absorvente e urgente trabalho que a tarefa da administração colonial impõe, vai-se arrancar o tempo preciso para mostrar ao público que o Ministro está no bom campo.

Mas, antes, diga-se que há nesta réplica e tréplica uma irremovível divergência de critérios. No Ministério das Colónias defendem-se os altos interesses da nação: A Direcção officiante defende, na melhor hipótese, os interesses de uma classe, muito respeitáveis sem dúvida, mas de pequenas dimensões quando postos ao lado dos interesses gerais de Angola. O sr. Presidente da Associação determina-se naturalmente pela apreciação de situações particulares: é humano. O Ministro das Colónias tem de determinar-se por forças e razões mais altas — que pairam muitas vezes acima dos interesses privados.

2.^o *Agravamento da situação económica de Angola?*
Só esta diversidade de posições pode explicar que o sr. Presidente officiante comece por dizer que a "aplicação do decreto das transferências agravou a situação económica de Angola, pela perturbação que levou ao até então livre exercício das actividades locais,."

Para fazer esta apreciação o sr. Presidente esquece pura e simplesmente os factos.

Em 12 de Fevereiro de 1931 — linha então o actual Ministro das Colónias apenas alguns dias de exercício do seu cargo — o Banco de Angola comunicou aos seus clientes que as transferências passavam a depender da existência da cobertura correspondente. Tinham-se esgotado as disponibilidades de moeda estranha destinada ao movimento das transferências: poucas semanas depois, este cessou de facto.

O chamado decreto das transferências veio a ser publicado na Metrópole em 27 de Maio; só na segunda quinzena de Agosto começou a aplicar-se na verdade (na matéria relativa ao Fundo) depois da sua primeira regulamentação.

Quando o decreto appareceu estavam rotas de facto as relações comerciais entre Angola e a Metrópole — tal como tinha acontecido em 1923.

Ao contrário pois do que diz o sr. Presidente, o decreto veio

apenas restabelecer as relações quebradas — abrindo o caminho para que se reformasse um equilibrio desfeito. E para esse resultado se caminha, como mostram os números.

Só aos que tinham em vista os grandes interesses da colónia agradou a solução do problema. Muitos, olhando as coisas pelo seu aspecto immediato, preferiram talvez que o problema se resolvesse deste modo simples: que se pedisse ao contribuinte metropolitano o dinheiro preciso para se cobrirem todas as diferenças cambiais, continuando-se a transferir o angular à paridade do escudo, sem que, se tentasse ao menos um esforço de disciplina e de organização. Será a isto que se chama "livre exercício das actividades locais?," Não se adoptará essa fórmula enquanto no Ministério das Finanças estiver quem saiba zelar o dinheiro de todos.

Outros desejariam que se abandonasse o angular à sua sorte: mas quantas ruínas se acumulariam por essa forma, mesmo sobre a cabeça daqueles que conseguissem pagar por meia dúzia de escudos grandes dívidas em angulares?

Não se seguiram estas fáceis fórmulas que conduziram em linha breve a novas suspensões de transferências: pediram-se sacrificios e a gente de Angola, na compreensão magnífica do seu dever, curvou-se deante da necessidade de salvação pública. Hoje Angola transfere o que é seu, sem pesar sobre o contribuinte metropolitano. E já um resultado importante.

3.^o *Compromissos tomados.*
Diz mais o Senhor Presidente que a aplicação do decreto trouxe a "impossibilidade de conciliação entre a liquidação de débitos anteriores por fornecimentos e financiamentos e a satisfação dos compromissos tomados para com o Fundo Canibial no primeiro ano da sua vigência,."

Novo erro de facto.
O que trouxe essa impossibilidade foi a suspensão das transferências, acentuada, a partir de Fevereiro de 1931. Tudo veio daí. Esgotadas as coberturas, estancaram as transferências: repetia-se o que tinha acontecido em 1923.

Tal era a situação de facto quando o decreto surgiu. Este veio para a remover; e que o vai conseguindo mostram-no os 93.664 contos de angulares transferidos ao par do escudo, até 15 de Outubro último.

4.^o *Comércio com o exterior.*
Acrecenta ainda o Senhor Presidente da Associação que a aplicação do decreto trouxe a "dificuldade de manter o intercâmbio comercial com o exterior, pelas restrições impostas no decreto referido,," afirmando estar "convencido de que este concorre para a depressão assustadora que se nota em todas as suas actividades,," invocando os números seguintes:

Movimento comercial de Angola em 1929.....	591.888	contos
" " " " " 1930.....	476.582	"
" " " " " 1931.....	351.253	"
Id. no 1. ^o semestre de 1932.....	151.250	"

Ora deve o Senhor Presidente da Associação saber — se leu o relatório justificativo do decreto — que este pretendia restringir as importações de Angola por considerar que dado o grande "déficit," comercial existente, (mais de 112.000 contos de 1927 a 1930) e o formidável "déficit," das transferências (quasi 200.000 contos entre 1927 e 1930) havia necessidade de opôr um obstáculo sério às importações de luxo, às dos produtos que podiam ser produzidos localmente e às de outros que se consumiam em excesso por a Colónia as não poder pagar em condições normais: Portanto

uma certa restrição de movimento comercial era procurada: deu-se. O decreto atingiu assim uma das suas finalidades.

O importante era que não fossem restringidas as exportações na sua quantidade, já que nem sempre era possível ter acção sobre o seu valor: e isso também se conseguiu, como na resposta dada ao officio anterior ficou demonstrado. Importante também era que não fossem diminuídas — tanto quanto nesta situação de crise mundial isso pudessem realizar-se — as importações que influem no desenvolvimento económico da colónia: e isso também se conseguiu, como o demonstram os números que já se deram a conhecer sobre a matéria e os que o Sr. Presidente da Direcção agora publica no officio a que se responde.

Quere dizer: o decreto está no caminho de sanear a vida comercial externa da Colónia. Decerto isso não agrada aos que viviam do negócio que mais fortemente sofreu as restrições que o Governo teve em vista. É natural que esses achem mau o que já se conseguiu: mas o seu interesse é minúsculo quando comparado com o interesse geral.

Deve reparar-se — facto que o sr. Presidente officiante parece ignorar — que estamos no meio de uma trágica crise mundial que faz cair assustadoramente as cotações dos géneros coloniais (como de resto quasi todos os preços): dela nascem as forças que mais concorrem para a depressão que se nota em Angola. E a prova clara está nos dois factos seguintes: se o preço médio da tonelada importada e exportada em 1931 fosse igual ao de 1929, o valor total do movimento do comércio externo seria hoje também sensivelmente igual; e se o valor médio da tonelada exportada tivesse sido em 1931 igual ao de 1929, a cifra total da exportação teria sido naquele ano maior do que neste.

Baixaram catastróficamente, no mercado mundial, as cotações; *embora as quantidades exportadas mostrassem um aumento* (128-545 toneladas em 1929 contra 130-540 em 1931), o seu valor caiu. Arrastado pela depressão dos preços — e só por isso, como mostram esses números. Já o sr. Presidente vê que não tem razão: nem há depressão "assustadora", nas actividades, nem o decreto de transferências tem culpas na depressão que se nota.

5.º Defeza do valor do angolar.

Entretanto na apreciação das matérias tratadas no anterior officio deste Gabinete, começa o Senhor Presidente por fazer esta afirmação peremptória de uma gravidade que se não pode atenuar: "mantem-se efectivamente o valor do angolar quando convertido em escudos pelo Fundo Cambial; mas como as possibilidades deste ficam muito além das necessidades dos colonos, o valor do angolar em Lisboa sofre uma depreciação de 25 % para cima".

Registando que a primeira destas afirmações corresponde à verdade, o Ministro das Colónias, na defeza do bom nome e do crédito da moeda de Angola, tem de negar a afirmação final. Nas trocas de angolares efectuadas em Lisboa tem o Banco de Angola mantido sempre a paridade legal.

Se, em mercado clandestino, por loucura, embaraço financeiro ou espirito de especulação, outros câmbios — desde que o decreto n.º 19.775 entrou em vigor evidentemente — têm sido usados, nunca isso chegou directamente ao conhecimento das autoridades coloniais superiores: doutro modo as sanções legais teriam sido mandadas aplicar. Mas o facto, se se deu, teve carácter excepcional: nunca poderia servir de base à afirmação de que o *valor do angolar*, em Lisboa, sofre uma depreciação de 25 %. De resto esta afirmação, de *uma gravidade extrema* e que o Ministério de modo nenhum supõe ligada a qualquer intenção especulativa, vem desacompanhada de qualquer prova.

Lastima o Ministro das Colónias que tais afirmações sejam subscritas pelo presidente de um organismo que se intitula defensor dos interesses de uma classe de comerciantes de Angola: — assim contribui para lançar o descrédito sobre uma moeda de cuja estabilidade e prestígio devia ser intransigentemente zelador, na salvaguarda da riqueza e do futuro de todos os que trabalham na Colónia.

6.º A melhor defeza do angolar.

Ajunta-se mais: a melhor defeza do angolar estará em dar "à colónia condições para aumentar o seu poder de compra, por meio do aumento da produção: e apraz-nos a acreditar que o Governo já deliberou promulgar as medidas necessárias a tal fim".

Sem discutir se a "melhor defeza do angolar", consistiria apenas "em dar à colónia condições para aumentar o seu poder de compra, por meio do aumento da produção", — pergunta-se: suspensas as transferências, bruscamente, no primeiro semestre de 1931, haviam estas de continuar suspensas até se conseguirem aumentar a produção da colónia, para se aumentar o poder de compra desta? Quantos anos estariam então as transferências suspensas? Como se removeriam depois os destroços que se acumulassem?

É sempre fácil dizer que um caminho que se não seguiu era o melhor: mas, neste caso, a própria evidência mostra que a via que o sr. Presidente propõe era mais longa, exigiria maiores sacrificios e arrastaria mais vastas ruínas do que a que se tomou. E que protestos faria no entretanto o sr. Presidente?

A não ser que as palavras que se transcreveram escondam apenas esta ideia logo que a suspensão das transferências se declarou, devia o Governo ter feito um empréstimo para os fins indicados. Acha então o sr. Presidente que a Colónia, no começo de 1931, estava em condições de fazer um empréstimo para aumentar a produção?

Sem falar na situação a que tinha chegado o crédito de Angola, que estudos havia feitos para aplicar com critério e relativa certeza de triunfo um empréstimo? La ressuscitar-se o malbaratamento de novas centenas de milhares de contos, como acontece com algumas das que tanto pesam hoje na vida financeira de Angola?

Quem emprestaria a uma colónia que não possuía contabilidade regular, que tinha dívidas correntes que não sabia a quantas dezenas de milhares de contos montavam; que vivia sob o peso de um "déficit", superior a 100.000 contos segundo o projecto do orçamento elaborado para 1931-32, que há anos e anos não pagava juros dos seus empréstimos e não cumpria as obrigações contraídas em matéria de amortização; que tinha um "déficit", comercial médio considerável; que só realizava transferências à paridade porque o Tesouro Metropolitano, directa ou indirectamente, dava a contrapartida necessária.

O Governo tenta, activamente, modificar todas estas condições — equilibrando o orçamento, pagando os débitos atrasados, organizando a contabilidade, procurando resolver o problema da dívida da Colónia, acabando com o "déficit", comercial, fazendo com que as transferências de Angola sejam sustentadas pelas forças da sua própria economia: e nesta obra que vai progredindo, do decreto das transferências cabe, na ordem económica, uma parte essencial. Já hoje o reconhecem muitos dos que ao principio acolheram com hostilidade as suas disposições: e todos os de boa fé acabarão afinal por o reconhecer.

7.º Fixação crescente de capitais na colónia.

Reconhece aqui o sr. Presidente «que Angola, no meio da sua miséria destes últimos anos, tem melhorado um pouco nas condições de vida dos seus habitantes. Nessa melhoria se compreendem as novas construções... Simplesmente, para o sr. Presidente officiante estas são "um fenómeno natural, o progresso dos países novos pelo aumento da sua população, fixação desta e consequente desenvolvimento das suas possibilidades».

Assim, o sr. Presidente concorda em que, a pesar de todos os malefícios que ao decreto atribui, *as condições de vida dos habitantes de Angola têm melhorado um pouco*. Confessa também o desenvolvimento das possibilidades da Colónia pelo aumento da sua população e fixação desta. Concede ainda que as construções vão progredindo.

Tudo isto contradiz as críticas feitas inicialmente no decreto: "a sua aplicação agravou a situação económica de Angola", escreveu o sr. Presidente.

Como explica então que tenham melhorado as condições de vida dos seus habitantes? Como explica que as suas possibilidades se vão desenvolvendo?

Conhecerá o sr. Presidente o velho aforismo económico francês que ensina que "quando a construção vai bem, tudo vai bem".

A opposição ao Governo é um prazer a que naturalmente o português se entrega com delícia: mas, olhando ao imenso trabalho que há a fazer em Angola, parece que não chegou ainda o momento de nos abandonar-mos plenamente a essa velha tendência de raça.

8.º Nacionalização do comércio de Angola.

Reconhece o sr. Presidente os efeitos nacionalizadores do decreto quanto às importações: com justiça menciona que em 1928 se fez neste sentido um grande esforço — a que cumpre prestar homenagem, pois se elevaram as importações portuguesas de 31,4 a 34,8 %. Infelizmente — e isto não foi lembrado pelo sr. Presidente — em 1930 a cadeia ascensional quebrou-se: a percentagem das importações portuguesas foi nesse ano inferior à do ano anterior. O curso da nacionalização retomou-se intensamente em 1931 com o decreto n.º 19.775; e, num salto brusco, as importações portuguesas atingiram no 1.º semestre de 1932, a cifra enorme de 55,3 %.

Este é o facto importante.

Mas acrescenta o seguinte o sr. Presidente: «sobre a importação não se deu avanço nas relações com a Metrópole». Contraditoriamente, porém, publica os seguintes números representativos da exportação para o estrangeiro:

Em 1929.....	57,8
Em 1930.....	56,4
Em 1931.....	56,3
1.º Semestre de 1932.....	46,1 %

Estas percentagens são o desmentido flagrante da afirmação que se transcreveu: o declínio é claro.

O sr. Presidente procura demonstrar que a baixa que se verifica no primeiro semestre de 1932 é devida ao facto de, nesse pe-

riodo, se terem exportado apenas 20.000 contos de diamantes. Diz : "se se mantivesse a proporção dos anos referidos, então a sua exportação no 1.º semestre do corrente ano, e tomando por base o ano de 1931 (65.000 contos de diamantes), teria sido na média de 32.500.000, dando assim uma percentagem de exportação para o estrangeiro de 53,7.

Portanto, aceitando por um momento este raciocínio, onde se escreveu que no primeiro semestre de 1932 a exportação para o estrangeiro tinha sido de 46,1 % poderia escrever-se 53,7 %. O declínio alegado mantinha-se como é patente. A tese do Ministério permanecia intacta.

Não se percebe por isso que, mesmo aceitando esta cifra, o sr. Presidente officiante haja escrito que "não se deu avanço nas relações com a Metrópole."

Final éle próprio se encarrega de evidenciar a inexactidão do que afirma.

9.º Rendimento aduaneiro.

Diz o sr. Presidente da Direcção da Associação: "até neste particular de rendimento aduaneiro se nota a crise angolana, pois o correspondente do ano económico que terminou em 30 de Junho último está muito aquém da verba orçamentada."

Houve realmente uma grande quebra nos rendimentos aduaneiros em relação aos que se tinham orçamentado — mas só nos direitos relativos à importação. Os direitos cobrados pelas exportações excederam em cerca de 14 % os que tinham sido previstos.

A quebra das receitas aduaneiras não tem portanto precisamente o significado que acima se lhe atribui. E a baixa das receitas da importação provém numa quota grande de forças diferentes das que são postas em jôgo pela influência da crise mundial: da restrição de importação provocadas pelo decreto n.º 19.775 e da queda das importações resultantes do alargamento do consumo na Colónia de determinados géneros da sua própria produção. Considerada a questão sob esse aspecto ve-se que a baixa de rendimento de importação pode em parte larga atribuir-se a circunstâncias favoráveis da economia angolana.

10.º Importação nacional e estrangeira.

Seguindo na sua ordem de ideias diz o sr. Presidente da Direcção referida: "não se cofirma que o movimento da importação de mercadorias nacionais, seja hoje sensivelmente duplo da importação de mercadorias de outros países." E transcreve dados referentes ao primeiro semestre do ano corrente.

Ora a verdade é que a passagem do relatório que se copiou no anterior officio do Gabinete, se referia não ao primeiro semestre de 1932 mas ao que está correndo. E quanto a este não apresenta o sr. Presidente da Associação qualquer dado que o negue ou confirme. A única entidade que sobre o assunto pode com fundamento dizer alguma coisa é aquela a que o Ministro recorreu: e foi por isso que para a sua autoridade se apelou. O tempo dirá de que lado está a razão: por ora é cedo para avançar uma opinião tão terminantemente como se faz no officio a que se responde.

11.º Equilíbrio da balança comercial. Peremptoriamente diz o sr. Presidente que assina o officio em questão: "A balança comercial de Angola apresenta saldo credor desde há anos."

Oça-se a sua razão: "nas diversas categorias de valores de que se compõe a importação, estão incluídos alguns que não podem fazer parte da balança comercial, tais como: "material de caminhos de ferro"; "máquinas e utensílios para a agricultura e indústrias"; "carvão para abastecimento de navios." Explica em seguida: "Estes são os principais valores que têm de ser retirados dos totais da importação, pois há ainda outros como os referentes a materiais para construção, etc." E quanto à exportação, há que adicionar aos valores da estatística a importância dos direitos pagos nas alfândegas de saída."

Nos países latinos leva-se em regra muito longe o espírito de opposição aos ministros. Em todo o caso com estas palavras, atingiu-se uma posição que quasi parece de desafio ao bom senso.

A ideia de arrancar à balança comercial, do lado da importação — e para diminuir o seu valor — as máquinas e utensílios para a indústria, o material de caminho de ferro e os materiais de construção, é de facto original. Mais nada.

Quando se põe uma questão nestes termos toda a discussão ou explicação dentro das fórmulas académicas é impossível. Mas o Ministro das Colónias deve à dignidade do seu cargo não recorrer à ironia.

Limita-se por isso a dizer que não é de aceitar a expulsão das mercadorias indicadas, para fora das colunas das importações; embora os números dados pela estatística comercial possam sofrer correcções que todos os técnicos conhecem, os resultados gerais são aproximadamente os que se indicaram no officio anterior. Em 1931 o saldo positivo da balança comercial de Angola foi, como se disse, de cerca de 57.000 contos: em 1929 o "déficit" foi de 32.000 e de 11.664 em 1930. Estes são os factos.

12.º Razão do saldo positivo da balança comercial.

Sobre o mesmo assunto conclui assim o sr. Presidente: "se em 1931 este saldo credor resultou mais avultado, isso foi tão somente devido à grande desvalorização havida nos géneros coloniais de exportação, que originou um correspondente retraimento nas importações na parte tornada desnecessária para a compra desses produtos de exportação. Isto é, essa redução de importação foi um reflexo do decaimento da situação económica de Angola."

Portanto segundo a opinião nestas linhas expressa, a desvalorização dos géneros coloniais foi a causa da queda das importações: estamos longe da opinião, de começo manifestada, que atribuía a responsabilidade do facto ao decreto das transferências.

Agora atribui-se à queda das cotações o maior saldo positivo da balança comercial, verificada em 1931 e 1932. Porquê? Porque o valor dos géneros alimentícios diminuiu: daí proveio que uma parte dos géneros de importação se tornou desnecessária para a compra de mercadorias para exportar: logo a importação retraiu-se.

Raciocina-se assim tal e qual como no tempo em que o negócio com o negro se fazia só permutando géneros. Supondo que esta base de raciocínio é sólida, a verdade é que a queda das importações foi, entre 1930 e 1931, de cerca de 100.000 contos. A queda das exportações, nesse período foi de perto de 29.700. Foi preciso, portanto, comprar em 1931 um valor de géneros de exportação relativamente próximo do que em 1930 havia sido adquirido. Como se explica assim, a distância de perto de 70.000 que fica entre as duas diferenças indicadas? Se a explicação anterior fôsse verdadeira, parece que não devia ter aparecido senão uma restrição nas importações próxima da que as exportações sofreram. Isso não aconteceu: a hipótese do sr. Presidente não é confirmada pela estatística. O caso tem de resto pequeno interesse prático.

13.º Diminuição das importações.

Depois de haver de novo atribuído a queda das importações às dificuldades económicas e financeiras que Angola atravessa desde 1929, diz o sr. Presidente da Associação: "assim as reduções observadas nos valores da importação desde essa data (1929) traduzem não um benefício para a Colónia, mas sim demonstram uma situação de definhamento económico."

Angola atravessa, todos o sabem, uma grande crise: se não fôsse assim, as medidas de disciplina e restrição ultimamente adoptadas não teriam razão de ser.

Mas há que repetir que uma parte considerável da baixa das importações foi provocada com dois fins: evitar a importação de géneros que se podiam produzir na Colónia para criar mercados locais às suas actividades e sofrer a entrada de mercadorias inúteis ou de luxo. A queda das importações deste modo obtida em vez de significar "definhamento económico", mostra saúde e desenvolvimento interno. Não parece possível demonstrar que o facto de um país deixar de importar um género por ter passado a produzi-lo signifique "definhamento económico"; e não parece fácil provar que um país que importava mercadorias dispensáveis para cujo pagamento não tinha coberturas, ao deixar de as importar, passou a estar "definhado"; ao contrário, abriu a marcha para um equilíbrio que não tinha antes.

É o que acontece em Angola.

Felizmente que ali a opinião dos colonos — dos que mais honram e engrandecem a Nação, com o seu esforço diário — não tem o pessimismo que transparece em todos os officios da Direcção dos Comerciantes de Angola residentes na Metrópole. Assim, para citar um exemplo, lê-se o seguinte no número de 16 de Outubro de 1932 do conhecido jornal "O Comércio de Angola": "necessário é que não sejamos pessimistas e sobretudo quando há razões plausíveis para sê-lo. A vida de Angola mantém-se, pobre é certo, mas sempre intensa; a sua balança comercial equilibrou-se. É preciso ter fé,!"

14.º Permanência ou ascensão de algumas das importações que asseguram o desenvolvimento da Colónia.

Em officio anterior deste Gabinete linha-se dito que "nem sempre caíram nesta proporção (a da queda geral das importações) as importações que asseguram o desenvolvimento e a actividade produtiva de Angola: algumas bem ao contrário acusam em 1931 e 1932 uma ascensão — caso bem extraordinário e digno de menção nas circunstâncias presentes do mundo. Citavam-se a seguir números representativos da importação nos primeiros semestres dos anos passados entre 1929 e 1931."

Agora o sr. Presidente da Associação diz: "convém verificar que se a comparação feita se estabelecesse em relação a anos completos, desde 1929 a 1931, então já as conclusões a tirar serão outras."

Pode assim parecer que o Ministério, usando de um tratadagem estatístico, fez a comparação que mais favorecia a sua tese.

Ora o sr. Presidente referido, em apóio do seu dizer, transcreve os seguintes números:

	1929	1930	1931	1932 1.º Semestre
Carvão de pedra	34.057	34.744	32.234	17.664
Cimento	11.681	10.660	9.475	6.481
Tecidos de algodão em peça	1.867	894	761	586
Máquinas para agricultura ou indústria.....	1.400	990	1.000	310
Sacos de grossaria.....	1.625	929	512	431

A leitura deste quadro mostra, com simplicidade, que a afirmação do Ministro era exacta. A importação de carvão de pedra parece tender em 1932 a saltar sobre a dos anos anteriores; o mesmo se diz da do cimento; e a dos tecidos de algodão só no primeiro semestre do ano corrente quasi atinge dois terços do de 1930 e a de sacos de grossaria é quasi igual à do mercado deste ano.

A depressão aparece em 1932 nas máquinas agrícolas — que em 1931 entraram ainda em quantidade superior à de 1930. Destinavam-se os números incertos no officio anterior, a mostrar que o decreto das preferências publicado em meados de 1931, não tinha atacado as importações mais ligadas ao desenvolvimento agrícola da Colónia. A demonstração está de pé: os números que o sr. Presidente da Associação transcreve confirmam-na.

Resta acrescentar que, na comparação que o Ministério tinha feito, às mercadorias atrás referidas juntavam-se as matérias primas para as artes e indústrias; destas importaram-se 12.303 toneladas em 1929 e só nos primeiros 6 meses de 1932, 6.668 toneladas. É uma cifra significativa.

O confronto por anos leva a conclusões iguais às que deu o que antes se havia feito por semestres. O sr. Presidente da Associação não prova que a comparação que faz leve a conclusões diferentes. A tese sustentada pelo Ministério é a que os seus números confirmam.

15.º Permanência ou aumento das quantidades exportadas dos principais produtos da Colónia.

Havendo o sr. Presidente da Associação invocado na sua reclamação as cifras representativas dos valores das exportações de Angola, tinha-se-lhe objectado que a consideração dos algarismos relativos às quantidades exportadas tiravam "grande parte do seu valor à alegada baixa das exportações calculadas apenas pelos valores. De facto, dizia-se, tinham aumentado em relação a 1930 as quantidades exportadas dos mais importantes produtos da Colónia. „Não pode, explicava-se, em período de baixa de cotações, raciocinar-se apenas sobre os valores. Se as cotações fossem hoje o que eram anos atrás, os valores teriam seguido a progressão que o aumento das quantidades exportadas denota. Mas o índice número dos preços dos géneros coloniais que em Março de 1929 era de 2.858, em Março de 1931 era de 1.192, sendo de 1.302 o índice médio do ano: como não havia o valor das exportações de reflectir a formidável baixa mundial dos preços? Quem analisar a questão imparcialmente tem de olhar sobretudo às quantidades. „

A isto opõe agora o sr. Presidente da Associação o seguinte: "não é unicamente pela quantidade que se pode achar a verdadeira expressão dos seus produtos exportados; esta está no seu valor e é o que importa conhecer para o efeito. E no caso de que se trata, desde que se aprecie a quantidade dos produtos exportados em face dos valores correspondentes constantes do mapa que segue, então a conclusão a tirar é mais desoladora. „

Que não se atenda unicamente à quantidade, está bem: é o que o Ministro das Colónias diz desde o principio. Mas que se afirme que deve atender-se somente aos valores é o que não faz sentido. Efectivamente a baixa das cotações pode ter carácter transitório e os seus efeitos serem sensíveis apenas durante um período passageiro, tendendo depois tudo a recompôr-se. É o que está em certo modo acontecendo com os géneros coloniais. O índice número das cotações destes reflectem as seguintes oscillações:

1929	Janeiro	2.723
	Junho	2.674
	Outubro	2.480
1930	Janeiro	2.338
	Junho	1.649
	Outubro	1.282
1931	Janeiro	1.102
	Junho	1.148
	Outubro	1.378
1932	Janeiro	1.465
	Junho	1.621
	Outubro	1.795

Descendo sucessivamente, em 1929 e 1930, os preços atingiam, nesta escala, o seu mais baixo nível em Janeiro de 1931: depois começaram lentamente a subir e já os encontramos agora num plano superior ao de Junho de 1930. Por isto a consideração dos valores tem um significado muito relativo, marca um momento, mas não serve para a apreciação geral da economia dum povo.

Que o sr. Presidente diga que a baixa dos valores faz com que a produção de Angola atravesse um momento difícil — compreende-se. Mas que afirme que as quantidades (que quasi permitem, a-pesar-da baixa, manter o valor total das exportações) não interessam, — eis o que já se não entende.

Na verdade o aumento das quantidades exportadas permite olhar com um certo optimismo para o futuro. Pondo de parte o café — que sofreu uma baixa na tonelagem saída por motivos ligados à deficiência da colheita — o inegável e que nos outros géneros, a tonelagem colocada no exterior vai permitindo uma interessante defesa contra a derrocada dos preços. Em 1932 não podem exigir-se as prosperidades e os lucros doutro tempo, as condições do mundo sofreram uma mudança profunda. A-pesar-disso, tomemos as cifras que o sr. Presidente publica, para mostrar-mos que as quantidades exportadas por Angola, a-pesar-desta avassaladora crise mundial, se mantem ou sobem no que respeita a muitos dos seus produtos — o que constitui um caso digno de relêvo:

	1928	1931	1932 1.º semestre
Cêra.....	1 162	1.396	564
Óleo de Palma.....	3.699	4.481	2.267
Milho.....	62.210	55.335	30.253
Açúcar.....	9.469	21.798	4.197
Coconote.....	7.110	5.562	3.036
Trigo.....	2.469	4.637	787
Peixe seco.....	10.763	9.988	5.581
Gado vacuum (cab.).....	7.953	8.977	4.583
Diamantes (car.).....	232.256	357.525	142.303

Baixas sensíveis, apenas, em 1931, as encontrámos no milho e no coconote; mas, nestes, parece que o ano de 1932 tende a retomar as perdidas posições. Nos restantes produtos, a comparação é favorável a 1931.

Esta situação de Angola é invejável; não é facil encontrar-lhe termo de comparação. Para que todos possam verificar os dados que se vão inserir, extraem-se do «Comércio de Angola» os seguintes números, que mostram com evidência as detruições que, mesmo nas quantidades, a crise realizou em Colónias de países mais ricos do que o nosso — e com outros meios de defeza.

Quantidades exportadas

	1930	1931	
África Equatorial Francesa .	436.904	259.887	30,1 0/0
Togo.....	27.388	24.967	8,8 0/0
Camerona.....	112.971	86.305	20,8 0/0
Congo Belga.....	540.316	273.372	19,7 0/0

Em Angola a tonelagem total exportada praticamente mantem-se. É uma grande promessa de futuro. E o grande valôr global das exportações foi em 1931 superior ao de 1928. Estamos longe da situação desoladora a que o sr. Presidente se refere.

Aqui está uma insuspeita opinião vinda de Luanda onde as dificuldades de Angola se sentem mais directamente do que em Lisboa: «Em Angola mantem-se a tonelagem das importações e das exportações, o que demonstra que se mantem a sua actividade agrícola e comercial» (Comércio de Angola, de 15 de Outubro).

Olhando para os dados que publica o sr. Presidente conclui assim: «Em face do que o mapa indica, constata-se que, em relação às quantidades, os seus respectivos valores tiveram uma grande e contínua quebra a partir de 1929; e é essa quebra de valores que concorre para a má actuação económica de Angola».

Todos sabem que as cotações baixaram — mas todos sabem tambem que tendem a recuperar o perdido. E que por isso, visto as quantidades exportadas não diminuirem, as apreciações baseadas apenas sobre os valores, conduzem a uma falsa idea da realidade.

16.º — Colocação de produtos de Angola.

Havendo salientado que, num momento tão difficil como este que o mundo atravessa, Angola encontra ainda possibilidade de colocar quantidades crescentes dos seus produtos, o sr. Presidente da Associação, tomando a nûvem por Juno, responde que «a capacidade de consumo na Metrópole é ainda muito maior, por isso que ainda importa largas quantidades do exterior»; sublinha que «não há por emquanto razão para salientar a possibilidade de colocação dos produtos de Angola, não só porque a capacidade

do seu consumo na Metrópole é ainda muito superior, mas também porque o natural progredimento de Angola, que terá de dar-se e as suas largas possibilidades de produção importarão num grande aumento da sua exportação».

Não se vê bem a lógica deste raciocínio. Parece que, precisamente porque a capacidade da Metrópole é maior do que o consumo actual; e porque Angola tem muito a esperar do futuro, é que as possibilidades de colocação dos seus produtos na Metrópole devem ser salientadas. Se estes dois últimos factores não existissem, já não haveria razão para mostrar a grandeza do campo que, no consumo metropolitano, pode ser conquistado pelas colónias.

Se o sr. Presidente quiz evidenciar, com as palavras transcritas, que é desvalioso ainda o concurso da Metrópole para a colocação dos produtos de Angola, pôs a questão talvez fora dos seus justos termos.

Pode contribuir para criar uma atmosfera de desagrado, contrária à boa coordenação dos interesses portugueses, pela qual este Ministério luta. E, de resto não tem inteira razão: a Metrópole está longe de fazer tudo o que pode; mas já vai fazendo alguma coisa.

Basta lembrar o sacrifício que o consumidor metropolitano consente pelo assucar e o que o Estado faz pelo algodão. O caminho está aberto: temos de o seguir lentamente, evitando criar irritações prejudiciais.

Cita o sr. Presidente o caso do café. Diz: «deve salientar-se o facto de que, sendo a exportação do café de Angola de cerca de 10.000 toneladas e o consumo em Portugal de cerca de 6.000 toneladas, o café de Angola aqui é consumido em quantidade de cerca de 2.500 toneladas... Nisto há um erro de facto: em 1931 importou a Metrópole para consumo 3.260 toneladas de café d'Angola.

17.º Transferências ataxadas.

Nada de novo há que ajuntar ao que ficou dito. A lei tem de ser cumprida por todos. O Ministério das Colónias tem dado as facilidades e auxílios possíveis. Mas não pode admitir que enquanto uns, à custa de sacrifícios, observam a lei, outros entendam que podem justificar o seu não cumprimento com a simples alegação de que já tinham compromissos anteriores ao decreto n.º 19.775.

18.º Depósito obrigatório.

O argumento de que o Fundo Cambial ao pôr de parte a ideia do pagamento de juros aos que obrigatoriamente depositam cambiais deu razão aos que protestam contra esse sistema — não tem consistência. Os depósitos duram poucos dias. Os juros representariam um encargo grande para o Fundo porque é volumosa a massa que ocorre à sua Caixa — por isso entendem que não devia considerar a hipótese que lhe era posta. Mais nada.

O argumento da paralisação da circulação fiduciária que agora volta a focar-se, já se mostrou que não tinha valor. Não há que acrescentar uma palavra ao que antes ficou dito. O depósito é justo e necessário.

19.º Cambiais entregues ao Fundo.

Diz o sr. Presidente «os exportadores... entregando ao Estado cambiais no valor de 75 % de todas as suas exportações, ficando apenas com 25 % de cambiais para ocorrer a todos os seus encargos na Metrópole e ao pagamento de todas as suas importações, etc.

Isto não é assim: — o Sr. Presidente da Associação deve sabê-lo perfeitamente.

a) Os exportadores não entregam 75 % de todas as suas exportações;

b) não ficam apenas com 25 % de cambiais para ocorrer ao pagamento de todas as suas importações e dos seus encargos na Metrópole;

Quanto ao primeiro ponto:

1.º — Aos exportadores que trabalham no regime geral é feita no valor de todas as suas exportações a dedução de 20 %, nos termos do artigo 25.º do Regulamento; só sobre os restantes 60 % incide a percentagem de 75 %;

2.º — Aos exportadores de determinados géneros, milho, sal, coconote, cêra, algodão, óleo de palma, em vez da dedução de 20 %, são feitas deducções que chegam a 45 %; neste caso só sobre os 55 % restantes incide a percentagem de 75 %;

3.º — Os exportadores colocados no regime do artigo 27.º entregam só 20 % das suas cambiais, ficando 80 % livres;

4.º Aos exportadores que façam as suas operações por intermédio do Fundo Colonial é dado um prémio adicional de 5 % em cambiais livres;

Quanto ao segundo ponto:

1.º — Aos exportadores ficam livres, não só as percentagens que antes se referiram, mas também 25 % do valor das exportações depois de feitas as deducções mencionadas;

2.º — Os que têm direito apenas a estes 25 % para pagamento das suas importações podem vir ao Fundo buscar as cambiais que lhe são precisas. E foi para acudir à necessidade de cambiais que até 15 de Outubro último o Fundo distribuiu 93.664 contos.

Aqui se dá por finda esta argumentação. Fez o sr. Presidente da Direcção da Associação dos Comerciantes de Angola residentes



No Salão de festas da grande Exposição Industrial Portuguesa realizou no dia 2 do corrente mês uma conferência sobre «As Feiras de Amostras Coloniais» o nosso director sr. Henrique Galvão Presidiu à conferência o sr. Ministro das Colónias, secretariado pelo Presidente da Associação Industrial Portuguesa sr. José Maria Alvarez e Agente Geral das Colónias, tenente-coronel sr. Garcez de Lencastre

Livros e Publicações

Como Fizem os Portugueses em Moçambique e É o Inimigo que fala pelo tenente Mário Costa.

O sr. tenente Mário Costa a quem os serviços de Estatística da Companhia de Moçambique devem assinalados serviços e que neles se revelou um trabalhador inteligente, de excelentes qualidades, enviou-nos estes dois livros da sua autoria — o primeiro já publicado em 1927 e premiado no Concurso de Literatura Colonial, o segundo em edição deste ano.

Como Fizem os Portugueses em Moçambique é a mais completa história da Colónia de que temos conhecimento. Com ele presta o sr. Mário Costa um inestimável serviço a Moçambique e ao País, quer na compilação que faz de factos históricos já conhecidos quer na publicação de outros inéditos que se ficam deixando às suas faculdades de investigador. Livro que tem um lugar de honra na estante de todos os coloniais e, duma maneira geral, de todos os portugueses, teria também o lugar mais indicado, certamente, nos liceus da Colónia onde a mocidade, naturalmente, ignora a história do território em que vive.

É o Inimigo que fala é uma série de documentos paciente e trabalhosamente compilados sobre a nossa acção em Moçambique durante a Grande Guerra.

Devemos dizer francamente: Sem desprimor para as qualidades de investigador do sr. Mário Costa, que mais uma vez se revelam neste livro, entendemos que essas qualidades que são reais e merecem o maior aprego podiam ter encontrado mais útil e oportuna aplicação. *É o Inimigo que fala* pareceu-nos um livro inoportuno, vindo trazer a lume um série de acontecimentos a que o tempo ainda não concedeu maturação suficiente para sobre eles se fazer um juízo definitivo e que não se apresentam nem honrosos, nem dignos do Exército português — esse mesmo exército que se bateu na Grande Guerra.

Diogo Cão revista de História dirigida pelo Padre Ruela Pombo. N.ºs 2, 3, 4 e 5.

Recebemos os primeiros números desta revista dirigida pelo ilustre investigador Padre Ruela Pombo. No seu quasi exílio de Muxima o Padre Ruela que tem sido um dos mais ardentes e seguros defensores do património histórico da Colónia, dá-nos um exemplo admirável de perseverança e mocidade de espírito na sua pequena revista, onde em cada número são agitados e debatidos factos históricos que sem a sua intervenção acabariam por perder-se ou prostituir-se.

na Metrópole afirmações que não podiam ser deixadas correr sem correcção umas, desmentidas outras, protesto algumas. O interesse público exigia que o Ministro das Colónias repusesse as cousas nos seus justos termos. Nem tudo ficou dito — porque nem tudo deve ser dito — mesmo quando por sistema se faz oposição. Mas ficou tratado o que era essencial. Um Ministro deve ter sempre uma larga reserva de silêncio dentro de si próprio, para dar ao país...

São estas as considerações que por ordem de S. Ex.ª o Ministro fui encarregado de comunicar a V. Ex.ª.

Sem outro assunto e com a devida consideração, desejo a V. Ex.ª — Saúde e Fraternidade. — O CHEFE DO GABINETE.

INFORMAÇÕES DO MUNDO COLONIAL

Crónica do mês

A DESNACIONALIZAÇÃO DE MOÇAMBIQUE

A QUELES que falam da desnacionalização de Moçambique — e são, geralmente, apenas os que nunca visitaram a colónia e dela só têm informações distantes — ou laboram num erro profundo ou têm acêrca do que seja a desnacionalização uma ideia bizarra.

Em Moçambique não existe nem se sente através de qualquer sentimento profundo ou forma exterior de apresentação, que esteja minguido nas pessoas o orgulho de nacionalidade, o amor da terra, o espírito de independência e soberania.

É quanto basta para negar uma acusação de desnacionalização.

Não há mesmo, pode dizer-se afoitamente, um estado de espírito simpatisante quanto a certo tipo de influência económica e social exercida pelos ingleses, por exemplo.

É certo que abundam em Lourenço Marques casas cuja linha arquitetónica não é portuguesa — mas são belas e não se pode dizer que essa influência da beleza e do conforto seja desnacionalizadora; é certo que se bebe whisky em abundância que constitui hábito generalizado; que se adoptam certas praxes e regras do mundanismo inglês e que no cinema as legendas se exibem em língua extranha em lugar de honra que não tem a língua nacional.

Mas o que é verdade também — e essa verdade salta aos olhos de quem por lá passa — é que, aparte algumas pequenas cousas que o snobismo duma mi-

noria pratica e consente e que, de facto, podiam e deviam ser corrigidas, tais como as legendas, a moeda inglesa nos preços, etc., os grandes factos em que assenta o argumento dos que supõem Moçambique desnacionalizado não são mais do que os resultados dum internacionalismo formal e fatal que assenta arraiais em todos os países do mundo e que não atinge nem molesta o sentimento profundo da nacionalidade. São prova de avanço civilizatório mas não são índice de desnacionalização.

O hábito das canções americanas em Paris, das modas de Paris na América; a escola dos holandeses na banca de Londres e certos hábitos alemães que se instalam na Suécia; um casaco ousado que Paris inventou e que Madrid adopta; uma escola de pintura que nasceu na Itália e que tem êxito em França — nada disto se pode dizer que sejam penetrações dum espírito desnacionalizador.

A chamada desnacionalização de Moçambique é do mesmo género.

Mas saíamos de Lourenço Marques, onde naturalmente a sua função de capital lhe cria os aspectos multiformes de todas as capitais e por toda a colónia, de norte a sul, de leste a oeste, vamos encontrar o único argumento de valor nesta contenda: Portugal está em toda a parte e nem no aspecto nem no espírito nenhum colono parece senão português.

H. G.

Notas do mês

Um Montepio dos Funcionários de Angola

Por volta de 1929 foi nomeada uma Comissão para estudar e propôr as bases dum Montepio do funcionalismo de Angola. Teve, é claro, o destino de todas as Comissões.

Consta-nos agora que os Serviços de Fazenda da Colónia põem dificuldades à sua criação e pretendem criar um Montepio privativo dos funcionários de Fazenda. Ignoramos de que espécie sejam essas dificuldades — queremos acreditar mesmo que são muito justas.

O que não nos parece razoável é não se remover e resolver de vez esta questão já resolvida em Moçambique e na Guiné. Existe em Angola uma série de Montepios privativos — o dos Cami-

nhos de Ferro, o dos Correios, o da Alfândega, etc. — a que se pretende acrescentar mais um. Não compreendemos porque motivo se não vai para uma instituição única que acabaria de vez com desigualdades entre o funcionalismo da Colónia e com o miserável espectáculo que por vezes oferecem no Terreiro do Paço antigos funcionários de Angola lançados na miséria por falta duma instituição de previdência.

Há já Estatutos elaborados. Porque não se desenterram êsses papéis da poeira dos arquivos em que se encontram e não se lhes dá o destino que devem ter?

Não se pode dizer que seja pelo excesso de trabalho que martiriza o Governo Geral.

Os alemães e as Colónias

Os alemães não desistem de reaver as suas colónias — o que se justifica.

O argumento é sempre o mesmo: o excesso de população alemã.

Como se o excesso de população ou de dinheiro fosse, como certos doutrinários apregoam, um direito ou uma vantagem de quem quer colonisar. Fenómeno muito mais transcendente a colonização — desde que a tomemos para além dum simples negócio — requer mais qualidades do que dinheiro, mais experiência do que excesso de população na Metrópole, mais um sentido especial do que um palpite de orgulhos imperialistas. Nenhuma destas qualidades se verificou na obra de colonização alemã enquanto a Alemanha teve colónias. Também nesse tempo havia excesso de população — e mais dinheiro para uma obra colonial que hoje seria bem mais dispendiosa do que ontem.

¿ Que população fixou a Alemanha nas suas colónias?

Hoje fixaria muito menos.

Novas medidas pela pasta das Colónias

Vão ser muito brevemente decretadas novas e importantes medidas, interessando fundamentalmente, todo o Império.

A visita dos jornalistas franceses

No Ministério das Colónias foi recebido um telegrama em que os jornalistas franceses que andam visitando as nossas possessões ultramarinas comunicam ter deixado Angola, onde o operador cinematográfico que os acompanha fez 4.000 metros de filmes. Aqueles jornalistas patenteiam o agrado que lhes causou a visita, e, bem assim, o seu reconhecimento pela forma como foram acolhidos. Especializam as gentilezas que o governo do distrito do México lhes dispensou e informam que a caçada que se organizara em sua honra não chegou a efectuar-se por falta de tempo.

Diversas

O sr. ministro das Colónias tem recebido vários telegramas de felicitações pelas respostas elucidativas e patrióticas que deu ao ofícios dos comerciantes de Angola.

Segundo telegrama recebido de Moçambique, o caminho de ferro do distrito de Moçambique já se encontra ao quilómetro 217. Vai ser aberto à exploração o troço entre Nova Chaves, a 191 quilómetros, antiga testa do caminho de ferro de Mutivase.

A construção deste caminho de ferro continua a fazer-se com toda a actividade, devendo concluir-se dentro em pouco tempo. Seguiu de Lourenço Marques para Moçambique bastante material circulante.

De Moçambique queixam-se que as decisões de Ottawa contribuíram muito para o agravamento do prémio do ouro, dificultando, portanto, a colocação dos produtos daquela colónia nos mercados ingleses.

Vai ser publicado um decreto regulando o provimento dos lugares de director e mais pessoal superior dos Observatórios Coloniais.

O sr. ministro das Colónias teve, uma larga conferência com o sr. presidente do Ministério, acerca de vários e importantes problemas coloniais que pretende solucionar, tendo já elaborado alguns diplomas nesse sentido.

Moçambique

Para proceder ao estudo e à organização de brigadas de combate à invasão da praga de gafanhotos que tem infestado algumas regiões da nossa colónia de Moçambique, vai ser contratado um engenheiro químico para esse fim.

Foram ouvidas as estações superiores do Ministério das Colónias acerca do projecto de regulamento disciplinar dos empregados municipais de Angola.

Vai ser publicado um decreto autorizando a Companhia de Moçambique a elevar até ao máximo de 2\$25 (ouro), por tonelada de 2.000 libras, os direitos de cais no porto da Beira, sobre o trânsito ascendente, substituindo-se a actual tonelada métrica para a aplicação dos direitos pela tonelada de 2.000 libras ou quilogramas correspondentes.

No referido porto observar-se-ão as taxas e a regulamentação vigente no porto de Lourenço Marques, sobre o uso de guindastes, rebocadores, espias, estufas, pranchas, remoção de cinzas, fornecimento de luz, estadia de navios amarrados ao cais, armazenagem

de mercadorias, largada de navios, etc. Cada estivador passa a ganhar até \$13,115 (ouro) por cada tonelada estivada. Estas disposições observar-se-ão sem prejuizo das medidas de protecção à bandeira nacional.

Uma grande comissão de funcionários aposentados da colónia de Moçambique, residentes na metrópole, entregou ao sr. ministro das Colónias uma exposição, em que pedem:

«A equiparação da sua pensão de categoria à dos funcionários aposentados com residência na colónia de Moçambique; o restabelecimento das melhorias, de harmonia com a desvalorização do dinheiro sobre as percentagens legais a que têm direito depois de 10 anos de bom e efectivo serviço, e a concessão dum «bonus» nos caminhos de ferro da metrópole, à semelhança do que disfrutam os oficiais do Exército.

O Governo recebeu anteontem um telegrama assinado por comerciantes, proprietários, agricultores e outros membros das classes activas da Beira, dizendo terem resolvido, em assembleia pública, manifestar ao conselho de administração da Companhia de Moçambique o seu desejo de que sejam satisfeitas, agora, definitivamente, as suas antigas reclamações sobre a municipalidade local. Consideram intolerável a maneira como têm sido conduzidos os assuntos municipais, especialmente nestes últimos três anos, e lembram ao conselho de administração a inconveniência da ida do sr. Carlos Pereira para aquele território.

Macau

O Governo da colónia de Macau vai reorganizar os serviços de instrução secundária daquela colónia.

Pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros foi comunicado ao das Colónias que o nosso consul em Xangai informa ter sido considerada extinta a epidemia do cólera morbus naquela cidade, tendo o último caso ocorrido em 17 de Setembro último. A epidemia tivera início em 28 de Abril, contando a população chinesa, até Julho, 1.020 casos com numerosos óbitos. Dos estrangeiros faleceram 5 entre os 17 conhecidos até àquele mês. Dentro do citado período as inoculações coléricas efectuadas elevaram-se a 420.399, sendo 305.528 na cidade chinesa, 85.287 na concessão internacional e 29.586 noutros pontos. As nossas autoridades sanitárias de Macau mantiveram-se em vigilância e defesa intensiva durante todo o período alarmante.

Cabo Verde

Vão ser preenchidas as vacaturas de 3.ºs aspirantes das Alfândegas da colónia de Moçambique.

Vai ser publicado um decreto, extinguindo os círculos escolares de Sotavento e de Barlavento, da colónia de Cabo Verde, bem como os dois respectivos lugares de inspector do ensino primário.

Por este decreto são mantidos os serviços de inspecção e fiscalização das escolas do ensino primário na colónia, criando-se na cidade da Praia para o seu desempenho, uma Inspecção Escolar, directamente subordinada ao governador da colónia, funções as quais em que será provido um inspector, com as atribuições que haviam sido dadas aos dois inspectores pelo decreto n.º 3.435, de 8 de Outubro de 1917.

O inspector será nomeado pelo ministro das Colónias, precedendo concurso documental, aberto, durante 30 dias, entre os professores do ensino primário da Metrópole, com menos de 40 anos, habilitados pelas escolas de Lisboa, Pôrto ou Coimbra.

O inspector despacha com o governador, faz parte do Conselho de Instrução Pública, e é substituído, quando ausente da Colónia, por um dos professores primários.

O vencimento do inspector será de 30 contos anuais, incluindo o vencimento de categoria e exercício, subvenção colonial e subvenção eventual.

Além do seu vencimento quando em serviço fora da ilha sede da inspecção, tem direito, até um máximo de 186 dias em cada ano, à ajuda de custo, diária, de 30\$00.

Para ocorrer aos encargos de trabalhos públicos, realizados e a realizar em Cabo Verde, no decurso dos anos económicos de 1931-32 e 1932-33 e destinados a atenuar os efeitos da crise agrícola e da diminuição do movimento comercial do porto de S. Vicente, vai ser autorizado o governador daquela colónia a abrir dois créditos extraordinários, respectivamente, de 1.127.000\$00 e 1.500.000\$00.

Este último será utilizado por parcelas, com prévia autorização do sr. Ministro das Colónias, devendo o governador justificar perante o mesmo ministro a aplicação que se proponha dar às importâncias que constituem cada uma dessas parcelas.

Os referidos créditos terão como contra-partida igual quantia, que sairá do saldo apurado nas contas de exercício da colónia relativas aos anos económicos de 1914-15 a 1930-31.

• O governador de Cabo Verde, está elaborando vários projectos de diplomas legislativos relativos à organização de serviços daquele arquipélago, no sentido de não só os melhorar como também de reduzir as despesas, projectos que vai submeter à apreciação do sr. ministro das Colónias.

Índia

O Conselho Central da União Goana, de Bombaim, enfiou ao Governo uma exposição em discordância com o diploma legislativo do Governo Geral da Índia Portuguesa, sobre emigrantes.

• Vão ser reorganizados os serviços a cargo da Comissão de Melhoramentos de Mormugão.

• Vai ser publicado um decreto prorrogando por mais um ano o prazo para se proceder à revisão geral dos vencimentos do funcionalismo do Estado da Índia.

• O governador geral da Índia propôs que os assentos de nascimento, casamento e óbito que até agora não tivessem sido inscritos, possam fazer-se no Registo Civil, no prazo de seis meses, mediante justificação perante o respectivo oficial, sem pagamento de multa ou sem aplicação de qualquer pena. Esta faculdade deverá ser também aplicada às transcrições de registos.

• Foi aprovada a proposta do governador geral da Índia sobre umas alterações a introduzir nas taxas pautais sobre os direitos de importação de mercadorias, a fim de se proporcionar uma maior protecção industrial, evitando a desvalorização da indústria e defendendo assim o trabalho nacional.

Timor

O governador de Timor propôs a reorganização dos serviços de fazenda da colónia, cujo projecto remeteu.

Angola

Foi mandado ouvir o Conselho Superior das Colónias, a fim de se pronunciar sobre o pedido da Companhia dos Diamantes de Angola, que pede a concessão de dois lotes de terreno no distrito da Lunda.

• A Câmara Municipal de Benguela telegrafou ao governo central pedindo a isenção de direitos para o material e maquinismos destinados ao abastecimento de água daquela cidade.

• No Sul de Angola, o ano agrícola foi desanimador. A produção de trigo é de um terço da era esperada.

Em alguns pontos não se puderam fazer as sementeiras por falta de água, e as outras searas sofreram imenso com a praga de gafanhotos, havendo pontos em que ficaram completamente devastadas. Na Chibá, uma nuvem de passarada devastou tudo.

• O Governo de Angola nomeou uma comissão encarregada de englobar num diploma toda matéria respeitante a concessões de terras, e de propor as alterações que sejam julgadas necessárias.

• A Associação Comercial de Nova Lisboa pediu ao governo central que sejam liquidadas as reparações alemãs aos sinistrados da Grande Guerra residentes em Angola.

• Segundo comunicação recebida de Angola continua a peste bubónica no sudoeste africano e que no nosso território, graças à vacinação e revacinação intensiva da população indígena e à proibição absoluta da entrada na fronteira, caso algum de peste se tem dado.

• Vão ser de novo incorporadas no distrito de Quanza-Norte as circunscrições dos Dembos, Icolo e Bengo.

O AUXÍLIO AOS AGRICULTORES COLONIAIS

(Conclusão da página 16)

garem 5.000 toneladas de mercadoria. Só em taxas de estadia, esta demora trazia um encargo de 200.000 a 250.000 francos, que se repercutia no custo da mercadoria em cerca de 50 francos a mais, por tonelada.

Se se juntar a esta importância as despesas suplementares, de carga, resultantes de um serviço de fragatagem insuficiente; de armazenagem prolongada; de seguros aumentados pelos riscos de mar; deve chegar-se a uma sobretaxa de 120 a 150 francos por tonelada, pelo menos. E não são apenas as despesas que podemos classificar de parasitárias que agravam as colheitas dos agricultores desta região de Madagascar. Os transportes internos, por exemplo, a maior parte das vezes, muito difíceis e muito dispendiosos, intervêm ainda para tornar a situação mais alarmante.

Poder-se-ia alongar assim em muito, a lista das diferentes fases das despesas, por efeito das quais os nossos produtores coloniais, se encontram, sem que possam modificar a situação, em um

estado evidente de inferioridade em relação aos produtores estrangeiros.

Mas há um ponto sobre o qual é indispensável que insistamos em especial, porque ele desempenha um papel importante, senão preponderante, nos preços do custo das colheitas, nas nossas colónias novas.

Em um país novo, o estabelecimento de uma cultura nova, encontra dificuldades de que não fazem nenhuma ideia, as pessoas não iniciadas nas coisas agrícolas.

É preciso escolher o terreno que mais convem à cultura que se pretende efectivar fazer em seguida uma série de experiências, a fim de determinar as espécies e variedades que melhor se adaptam às condições do terreno e do clima, e por fim, procurar-se um técnico de cultura, apropriado. Como as nossas administrações coloniais, por razões inúteis de enumerar aqui, não poderam ainda organizar completamente os seus serviços agrícolas, resulta que, todas essas experiências, feitas de triunfos e insucessos sucessivos, recaem como um encargo, sobre os colonos. E isto, sobrecarrega as plantações, com despesas elevadíssimas que têm a sua repercussão nos preços de custo dos produtos.

No que respeita ao café, por exemplo, antes de se chegar à situação actual, os plantadores, passaram por uma série de dificuldades que lhes foram particularmente onerosas. Há mais de 30 anos que se cultiva o café em Madagascar, mas apenas há meia dúzia de anos se está verdadeiramente em poder de uma técnica segura, para a sua cultura.

Do que fica exposto conclui-se que, uma vez que se queira em um país novo, criar uma cultura que exista já há muito em outros países, é indispensável que, por meios apropriados, se possam auxiliar os que se entregam a essa cultura, pois doutro modo, eles estarão condenados a sucumbir ante uma concorrência, para eles insustentável.

Encontra-se em jôgo, no fim de contas o problema da valorização das colónias. E não será exagerado escrever que, as colónias serão ou não valorizadas, consoante o Governo se empenhe ou não se empenhe em uma política de auxílio aos agricultores coloniais.

Até agora as medidas que têm sido tomadas em prol da agricultura colonial são fragmentárias, quasi sempre demasiado tardias e raramente suficientes. Para cúmulo, não têm, em geral, um caracter de estabilidade satisfatória.

A valorização da terra é uma obra de grande fôlego e é indispensável que aqueles que nela se empenhem, conheçam com exactidão e usufruam por largos anos, os apoios que a administração está decidida a conceder-lhes.

O caminho em que se lançaram, por via da lei de 31 de Março de 1931, concedendo aos produtores coloniais, bonus destinados a compensar a diferença entre o preço do custo e o preço da venda de certos produtos, é uma regulamentação feita no ar.

Primeiro, porque o teor dos textos que a acompanham, visa apenas certos produtos; depois, ela não pode actuar senão sobre as culturas cuja produção seja notavelmente muito inferior às necessidades da Metrópole e por fim, o tabelamento dos preços do custo, dá lugar, a contestações que deixam nos interessados uma impressão de incerteza que os inquieta e lhes quebra os entusiasmos, principalmente no que diz respeito ao café.

Para mais, já nos não podemos iludir sobre o facto de que a regulamentação estabelecida pela lei de 31 de Março de 1931, nos conduz para um sistema de economia dirigida, critério a que o próprio Ministro das Colónias está ligado, segundo parece (Discurso de Bordeus). Esta eventualidade já inquietou os meios coloniais e o *Temps*, pela pena do Director da sua página colonial, fez referência a estas preocupações, no seu número de 29 de Junho.

Sob todos os pontos de vista, esta lei, deve ocupar a atenção dos produtores coloniais, dado o facto de ela ameaçar a sua independência.

Por todas estas razões parece-nos indispensável que todos aqueles que têm interesses nas colónias formem um bloco único com os agricultores, para obter em favor destes últimos, um sistema de auxílio mais completo, mais directo, mais estável do que aquele de que disfrutam actualmente.

Estamos convictos de que, nem os comerciantes, nem os industriais, estabelecidos nas colónias, nos podem recusar o seu concurso nesta emergência. De facto, nos países em que a quasi totalidade da produção, é rural, a prosperidade geral é condicionada pela da agricultura.

Na Metrópole diz-se que, "quando a construção vai bem tudo vai bem".

Nas Colónias pode dizer-se que, se a agricultura for próspera, todos os outros ramos da actividade o serão.

Façamos pois o que seja necessário para que a agricultura colonial progrida e prospere, que teremos assim trabalhado no interesse geral de toda a nação.

A. FAUCHÈRE

Inspector Geral Honorário da Agricultura Colonial

Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro

PORTO

A actividade económica de Portugal conta o seu mais valioso elemento na produção e comércio de vinhos do Porto.

Este produto, oriundo do solo português, é, por suas primaciais características, conhecido e apresentado em todo o mundo. Apresentado nos mais importantes mercados, desde remota era, tem por intensa propaganda, adquirido a justificada celebridade de que goza, não só como vinho de pasto, mas principalmente como vinho generoso, quando provém da região demarcada do Douro.

Uma das maiores empresas que se tem dedicado ao comércio de exportação de vinhos do Porto é a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro e seria impossível deixar de reconhecer que esta Companhia ocupa nos negócios de Vinhos do Porto, um lugar de alto destaque e de imponderável importância.

Realmente, fundada em 1756 sob os auspícios do Eminentíssimo Estadista Marquês de Pombal, primeiro Ministro de S. M. El-Rei Dom José I, desenvolveu durante a sua longa vida de quasi dois séculos uma inimitável actividade, em todas as esferas, económica, comercial, intelectual e humanitária.



CASA DA COMPANHIA NA RÉGOA (Douro)
Um aspecto exterior

Demasiado longo se tornaria fazer um esboço histórico de todas as suas actividades e dos benefícios que trouxe ao país com a sua influência e com a sua orientação. Basta que se cite que a ela se deveu o ressurgimento do comércio de Vinhos do Porto e a grande expansão que ele adquiriu após a fundação desta Companhia.

Actualmente consttúi esta Companhia inegavelmente um dos mais altos valores portugueses, possuindo um valiosíssimo stock de Vinhos Velhos do Porto, envelhecidos em cascos, das mais afamadas colheitas desde 1815.

Nas suas vastas e características instalações de Vila Nova

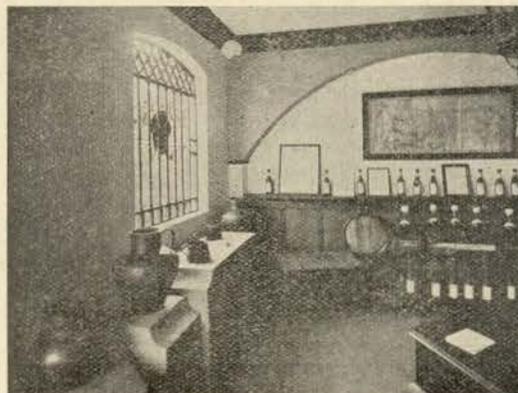
de Gaia contam-se por milhares o número de pipas de tão afamados Vinhos, que chegam a todas as partes do mundo onde gozam indiscutível preferência.

Conhecida em Portugal pelo sugestivo título de «COMPANHIA VELHA» e no estrangeiro pela sua denominação



ARMAZENS DA COMPANHIA EM VILA NOVA DE GAIA
Um aspecto interior

«ROYAL OPORTO WINE COMPANY» e «THE OLD COMPANY», é a única que a justo título tem a prerrogativa de ter sido fundada por Carta Real, e que tem sabido impôr-se à



«STAND» DA COMPANHIA NA EXPOSIÇÃO HISTÓRICA DO VINHO DO PORTO
Um aspecto do interior

preferência dos vários públicos, pelas excelentes qualidades dos seus Vinhos e pela modicidade dos seus preços.

A sua sede é na Cidade do Porto à Rua das Flores, possuindo um depósito para venda ao público em Lisboa à Praça dos Restauradores, 14.

ESTATÍSTICA

Índices-Números das cotações dos géneros coloniais

DESIGNAÇÃO	1914	1929	1930	1931		1932
	Julho	Índice-médio	Índice-médio	Índice-médio	Outubro	Outubro
LISBOA (cidade)	100	2.630	1.726	1.302	1.378	1.700

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Situação dos Bancos Coloniais com sede em Lisboa, em Setembro de 1932 (Valores em escudos)

BANCOS	ACTIVO				PASSIVO	
	CAIXA		Letras descontadas sobre o País e transferências	Letras a receber	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo
	Dinheiro em cofre	Depósitos noutros bancos				
Banco de Angola (Séde).....	189.522	8.253.240	—	13.555.522	12.867.305	1.955.065
Banco do Comércio e Ultramar..	297.501	621	1.463.212	1.309.746	625.927	1.729.048
Banco N. Ultramarino (Séde)..	3.495.271	6.186.305	70.645.095	58.996.273	41.089.413	65.414.548

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Médias das cotações de produtos coloniais no mês de Agosto de 1932

DESIGNAÇÃO	Colónia	Unidade	DIA 9		DIA 16		DIA 23		DIA 30	
			Efectuado	Compra	Efectuado	Compra	Efectuado	Compra	Efectuado	Compra

Operações realizadas na Bolsa de Mercadorias de Lisboa

Algodão.....	Angola	Quilo	—	—	—	—	—	—	—	5\$60	—
Arroz (descascado).....	»	»	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Cacau fino.....	S. Tomé	Arroba	—	—	—	46\$00	—	45\$00	—	—	46\$00
Café Cazengo.....	Angola	»	—	65\$00	—	—	—	84\$00	—	—	65\$00
Coconote.....	»	»	—	—	—	—	—	—	—	—	16\$00
Milho Luanda e Benguela.....	»	Quilo	—	—	—	—	—	—	—	—	—
» » » , no estado.....	»	»	—	—	—	\$64	—	—	—	—	\$63
» » » , disponível.....	»	»	—	—	—	\$72	—	\$72	—	—	—
» Novo Redondo, no estado.....	»	»	—	—	—	—	—	—	—	—	—
» » » (branco).....	»	»	—	—	—	—	—	—	—	—	\$78
» » » (mistura).....	»	»	—	—	—	—	—	—	—	—	—

Fora da Bolsa

Cacau consumo.....	S. Tomé	Arroba	—	—	43\$00	—	—	—	—	—	—
» escolha.....	»	»	23\$50	—	23\$00	—	21\$00	—	—	21\$00	—
» fino.....	»	»	40\$00	—	—	—	—	—	—	—	—
» paiol.....	»	»	—	—	—	—	32\$00	—	—	32\$00	—
Café Libéria.....	»	»	63\$50	—	—	—	—	—	—	65\$00	—
» » escolha.....	»	»	—	—	—	—	—	—	—	32\$50	—
» Novo Redondo.....	Angola	»	85\$00	—	—	—	—	—	—	—	—
» S. Tomé, fino.....	S. Tomé	»	—	—	—	—	—	—	—	210\$00	—
» » , Moka.....	»	»	—	—	—	—	—	—	—	220\$00	—
» » , segunda.....	»	»	—	—	—	—	—	—	—	200\$00	—
Cera Luanda.....	Angola	Gamela	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Coconote.....	»	Arroba	17\$50	—	—	—	—	—	—	17\$50	—
».....	S. Tomé	»	18\$00	—	—	—	—	—	—	—	—
Cola.....	»	Quilo	—	—	—	\$75	—	—	—	—	—
Copra.....	»	Arroba	20\$00	—	—	—	—	—	—	19\$00	—
Óleo de palma.....	»	»	—	—	—	—	—	—	—	—	—
» » » (Cabinda).....	Angola	»	—	—	—	—	—	18\$50	—	—	—
» » » (Zaire).....	»	»	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Quina.....	S. Tomé	Quilo	—	—	—	4\$50	—	—	—	—	—

Reexportação e trânsito de mercadorias das Colónias portuguesas, por Lisboa em Outubro de 1932

MERCADORIAS	QUANTIDADES EM QUILOGRAMAS		VALOR EM ESCUDOS	
	1931 Outubro	1932 Outubro	1931 Outubro	1932 tubro
Reexportação :				
Cacau	845.899	1.034.981	2.089.867\$00	3.209.942\$00
Café	201.863	244.856	607.583\$00	970.310\$00
Cêra	41.294	102.570	341.534\$00	155.672\$00
Outras mercadorias	151.654	1.330.840	210.482\$00	1.326.902\$00
Total	<u>1.240.710</u>	<u>2.713.247</u>	<u>3.249.466\$00</u>	<u>5.662.826\$00</u>
Trânsito internacional :				
Cacau	—	—	—	—
Café	42.334	614.459	139.706\$00	2.719.010\$00
Cêra	81.727	82.639	713.928\$00	602.500\$00
Óleos de palma e côco	—	116.933	—	227.270\$00
Outras mercadorias	87.928	440.089	285.800\$00	558.986\$00
Total	<u>211.989</u>	<u>1.254.120</u>	<u>1.139.434\$00</u>	<u>4.107.766\$00</u>

Do Boletim Mensal da Direcção Geral da Estatística.

Quantidades em quilogramas de algumas mercadorias importadas e exportadas de e para as Colónias portuguesas durante os meses de Janeiro a Outubro de 1932

MERCADORIAS	Angola	Cabo Verde	Guiné	Moçambique	S. Tomé e Príncipe	India, Macau e Timor
Importadas das Colónias :						
Arroz	—	—	—	—	—	—
Açúcar	12.443.126	13	—	33.416.484	2	—
Café	1.955.575	17.427	—	—	160.336	138
Trigo em grão	2.241.256	—	—	—	—	—
Peles em bruto	432.010	16.674	174.418	53.809	1.462	—
Algodão em caroço, rama ou cardado	434.565	—	6.281	968.620	—	—
Sementes oleaginosas	4.490.304	1.497.848	16.180.608	226.474	2.481.117	—
Milho	—	—	—	—	—	—
Exportadas para as Colónias :						
Vinhos do Pôrto (decalitros)	8.128	408	487	12.999	227	2.568
» comuns tintos (decalitros)	513.941	20.714	59.057	358.926	46.854	26.095
» » brancos (decalitros)	103.595	3.475	7.213	322.558	4.775	3.572
» licorosos (decalitros)	7.188	854	452	4.339	99	12.546
Conservas de vegetais	154.305	4.955	18.603	172.176	9.505	28.295
Sardinhas em salmoura	3.815	53	72	699	372	339
Conservas de sardinha	45.486	3.310	13.072	172.541	5.898	12.951
Conservas de peixe	4.122	117	467	10.941	974	289
Cortiça em rolhas	670	257	117	1.609	107	99

Do Boletim da D. G. E.

A. Ferreira

EXIJA ao seu fornecedor a marca A. FERREIRA nas tintas de escrever, colas e lacres, ficando certo, assim, de receber produtos de primeira qualidade.

Fomento Geral de Angola

(FOGERANG)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

CAPITAL ESC. 5.400.000\$00

SEDE SOCIAL
LISBOA

Rua dos Fanqueiros, 12, 2.º

End. Teleg. «FOGERANG»

REPRESENTAÇÃO EM ÁFRICA
LUANDA

Rua do Esquadrão, C. P. 332

End. Teleg. «FOGERANG»

EMPRESAS AGRÍCOLAS, PECUÁRIAS, COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E FINANCEIRAS, EM ANGOLA,
DIRECTAMENTE OU POR MEIO DE EMPRESAS QUE DELES ESPECIALMENTE SE OCUPEM.

SOCIEDADES FILIAIS JÁ ORGANIZADAS:

Companhia de Pescarias de Angola—Capital Esc. 1.000.000\$00

Companhia Agrícola-Pecuária de Angola—Capital Esc. 20.000.000\$00

Companhia de Combustíveis do Lobito—Capital £ 180.000.0.0

Companhia Industrial do Lobito—Capital £ 10.000.0.0

Companhia Geral dos Algodões de Angola—Capital Esc. 6.000.000\$00

Palmares de Angola—Capital Esc. 7.500.000\$00

Companhia de Cervejas de Angola—Capital £ 100.000.0.0

Empresa Angolense de Construções—Capital £ 30.000.0.0

Presidente do Conselho de Administração

Banco Burnay

Administrador-Delegado

Ernesto de Vilhena

COMPANHIA AGRICOLA DAS NEVES

Sede: Rua do Comércio, 7, 2.º—LISBOA

End. Telg. PONTAFIGO

Telef. 23959

Capital 4.000.000\$00

Exploração das suas propriedades
agrícolas em S. Tomé, Pontafigo

* * * * * e Generosa * * * * *

Productos:

Cacau, Café, Coconote, Copra,

* Ricino e Oleo de Palma *

Venancio Guimarães & C.^a

Lubango

Filiais em Mossamedes, Humpata e Humbe

Escritório em LISBOA — R. de . Julião, 93, 1.º

ENDEREÇO TELEGRÁFICO: VOUGA

COMÉRCIO GERAL, AGRICUL-
TURA, PECUÁRIA E INDÚSTRIA

Sócios-gerentes da EMPRESA CAHOLO, L.^{DA}
(Fornos de cal e moagem de cereais)

Agricultores no BENTIABA
(Fazenda Algodoeira da PUPA)

Exportadores de gado bovino e peixe seco

REPRESENTANTES NOS DISTRITOS DA HUILA E DE
MOSSAMEDES DE:

Vacuum Oil Company
Fábrica de Tabacos Ultramarina
Automóveis e camions «FORD»
Máquinas de escrever «REMINGTON»

REPRESENTANTES NO DISTRITO DA HUILA DE:

Burrell & C.^o
Companhia de Seguros «TAGUS»
Lotarias de Angola

Companhia do Sul de Angola

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, com o Capital

Autorizado—Esc. 10.000.000\$00

Subscrito — Esc. 6.000.000\$00

SEDE SOCIAL

Lisboa—R. Vitor Cordon, 12-1.º

Telef. 2 4174 — End. Tel. SULANGOLA

SEDE EM ÁFRICA

MOSSAMEDES—África Ocidental

EXPLORAÇÕES

PESCA—Baía das Moscas, Mos-

sâmedes—Praia Amélia, Pôrto

Alexandre

Fabrico de Conservas, Farinhas e Óleos de Peixe, Pasta Azotada—Fábrica AFRICANA

— Mossâmedes

AGRICULTURA E CRIAÇÃO DE GADO

Mossâmedes, Giraul, S. Nicolau,

S. João do Sul, Caroca e Pinda

Companhia de Mossâmedes

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, com o Capital

Autorizado—Esc. 20.000.000\$00

Subscrito — Esc. 13.995.000\$00

SEDE SOCIAL

Lisboa—R. Vitor Cordon, 12-1.º

Telefone: 2 4174

SEDE DO COMITÊ FINANCEIRO

na Banque des Interets Français

23, Rue Louis le Grand — PARIS

SEDE EM ÁFRICA

SÁ DA BANDEIRA—(Lubango)

Criação e Comércio de ga-

dos—Explorações agrícolas

—Instalações no *Lubango,*

Tchipa, Ediva, Palanca, Culue-

que e Tchifito

GUILHERME GRAHAM JUNIOR & C.^A

R. DOS FANQUEIROS, 7

LISBOA

DATA DA FUNDAÇÃO 1808

R. DOS CLÉRIGOS, 6

PORTO

DATA DA FUNDAÇÃO 1822

Fábrica de Estamparia e Tinturaria de Braço de Prata

Setinetas, Popelines, Percalinas, Fantasias, Chitas, Cretones, Lenços, etc.

Pintados e Zuartes, Panos para forros, Lenços Bilbao, Tostados, etc.

Fábrica de tecidos da Boa Vista-Porto

Estamparias brancas e cruas, Algodões crus, Patentes, Panos para lenços, Panos domésticos, Sarjas brancas e cruas, Lonas cruas, Toalhas lisas e turcas, Lenços, etc.

Fábrica de Papel da Abelheira-Tojal

Papeis de escrever, para correspondência, para livros comerciais, imitações de «Couchés», de impressão, de côres para capas, Affiches em côr e riscados, Manilhas, Krafts, de embrulho, etc., etc.—Mata-borrão-cartão e Cartolinas

Lotarias de Angola Limitada

Instituidas pelo Diploma Legislativo
N.º 57 de 27 de Abril de 1929

SEDE EM LOANDA

Agencias e correspondentes
em toda a Provincia

Extracções mensais garantidas pelo
Govêrno da Colónia

COMPANHIA DE DIAMANTES DE ANGOLA

(Diamang)

Sociedade anónima de responsabilidade limitada

COM O CAPITAL DE ESC. 220.000.000\$00

Direito exclusivo de pesquisa e extracção de diamantes na Provincia de Angola por concessão do respectivo Govêrno

Sede Social: LISBOA — Rua dos Fanqueiros, 12, 2.º — Teleg.: DIAMANG
Escritórios em BRUXELAS, LONDRES e NOVA YORK

Presidente do Conselho de Administração
BANCO NACIONAL ULTRAMARINO

Administrador-delegado
Ernesto de Vilhena

REPRESENTAÇÃO E DIRECÇÃO TÉCNICA EM ÁFRICA

Representante — *Coronel António Brandão de Melo*
Caixa Postal 347 — Teleg.: DIAMANG — LUANDA

Engenheiro consultor
Mr. H. T. Dickinson
DUNDO—LUNDA

Director técnico interino
Eng.º Quirino da Fonseca
DUNDO—LUNDA

Movimento de transferencias
1932

Datas	Requisições a atender (Contos)	Compromissos em vencimento (Contos)	Transferências autorizadas (Contos)
18 de Fevereiro.....	32.467	34.001	13.088
5 de Março.....	29.888	38.471	20.318
9 de Abril.....	55.635	36.882	22.685
15 de Julho.....	78.617	26.149	51.711
1 de Agosto.....	29.995	26.012	70.675
15 de Agosto.....	41.389	26.513	72.176
22 de Setembro.....	40.568	26.332	84.281
19 de Outubro.....	47.925	34.670	93.664
15 de Novembro.....	49.044	39.204	104.308

Edições "Portugal Colonial"

Angola (Projecto de Fomento), por *Henrique de Paiva Couceiro*.

O Velo d'Oiro (romance), por *Henrique Galvão*.

História do Nosso Tempo, por *Henrique Galvão*.

O problema da irrigação em Moçambique, pelo *Engenheiro Trigo de Moraes*.

O Espírito da Raça portuguesa na sua expansão Além-Mar, por *João de Almeida*.

O poeta Lopes Vieira em África e o seu Relatório, por *Henrique Galvão*.

Pedidos à Redacção da "Portugal Colonial"
Rua da Conceição, 35 1.º

COMPANHIA PRODUTORA DE MALTE E CERVEJA
PORTUGALIA

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

CAPITAL ESC. 6.000.000\$00

ANTIGA FÁBRICA «GERMANIA»

115, AVENIDA ALMIRANTE REIS

LISBOA

Endereço telegráfico: PORTUGALIA-LISBOA

TELEFONES P. B. X. { DIRECÇÃO N. 298
EXPEDIENTE N. 1699

CÓDIGO TELEGRÁFICO: RIBEIRO

GRAND-PRIX — EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DO RIO DE JANEIRO, DE 1922 E SEVILHA, DE 1930

Prefiram as nossas acreditadas marcas de cerveja

«PORTUGALIA» e «PRETA»

(Tipo Munich)

Ottosgrafica, L. da

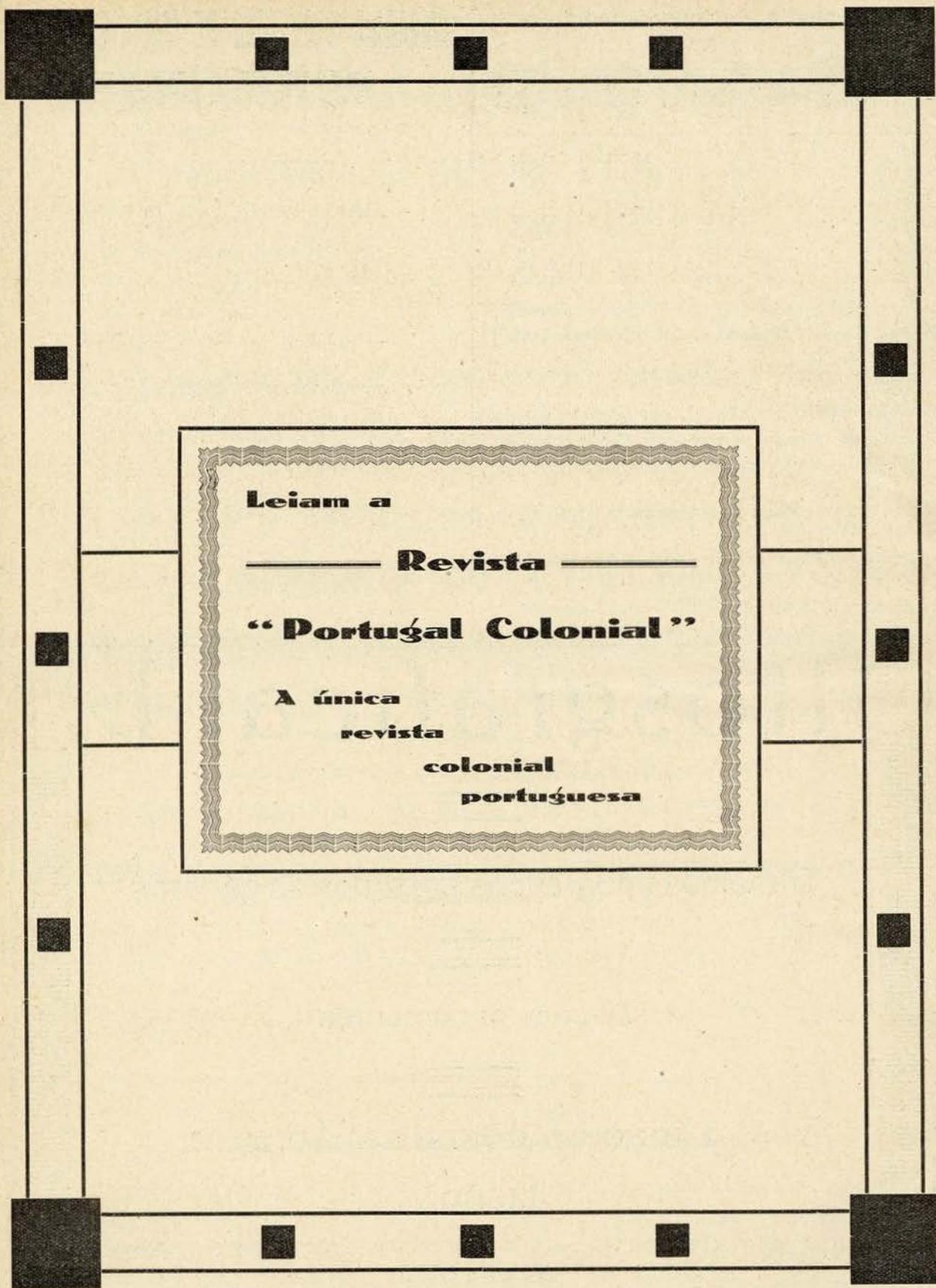
Trabalhos tipográficos em todos os géneros

Deçam orçamentos

LARGO DO CONDE BARÃO, 50

LISBOA

Telef. 2 3775



Leiam a

Revista

“Portugal Colonial”

A única

revista

colonial

portuguesa

BANCO DE ANGOLA

Banco Emissor da Colónia

Sede: LISBOA — Rua do Comércio, 57 a 61

CAPITAL SOCIAL—ESC. 60.000.000\$00

Direcção Geral em África -- LOANDA || Filial em Loanda -- Rua Salvador Correia

Caixa Postal 398

Caixa Postal 343

Telegramas: "DAROAL,,

Telegramas: "ALDARO,,

**Juros credores abonados nos depósitos
efectuados na sede dêste Banco em Lisboa:**

À ordem: até 500 contos	2 1/4 % ao ano	A 6 meses	4 % ao ano
acima de 500 contos	1 1/4 % ao ano	A 12 meses	5 % ao ano

Agências na Colónia

**Benguela, Nova Lisboa
(Huambo).**

SAZAIRE, LOBITO, MALANGE,
MOSSÂMEDES, NOVO REDONDO,
VILA SÁ DA BANDEIRA E SILVA PÔRTO.

Agência no Congo Belga

Leopoldville

Agências Privativas

**Boma (Congo Belga), Cabinda
e Vila Luso.**

Companhia Nacional de Navegação

Serviço regular entre a metrópole, África Ocidental e Oriental, Brasil, norte da Europa e Mediterrâneo

FROTA DA COMPANHIA Paquetes

	Ton.
NYASSA	9.000
ANGOLA.....	8.300
QUANZA.....	6.500
LOURENÇO MARQUES.....	6.400
MOÇAMBIQUE.....	6.000
PEDRO GOMES.....	5.500
ÁFRICA	5.500

Vapores de cabotagem

LUABO	1.385
CHINDE.....	1.382
IBO.....	884
AMBRÍS.....	858
SAVE.....	765

Vapores de carga

CUBANGO	8.300
S. TOMÉ	6.350
CABO VERDE	6.200
CONGO.....	5.000

Rebocadores

EM LISBOA: — BEIRA 1.º e INCOMATI.

EM ÁFRICA: — TEJO, S. TOMÉ, CUIO e gasolina
QUANZA.

Batelões

20 em serviço em Lisboa e África.

LISBOA: Séde, R. do Comércio, 85

PORTO: Sucursal, R. da Nova Alfandega, 22